AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 35 | Nº 04 | ABRIL 2015 | R$ 15,00

ISSN 0100-4298

FGV EESP
CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO

POLÍTICA ECONÔMICA E AGRÍCOLA

CUSTO DE PRODUÇÃO

ECONOMIA



PESQUISA EM MATO GROSSO

O que tira o sono do produtor?

35 Anos AGROANALYSIS

SOJA E MILHO DÓLAR GARANTE MELHOR PREÇO

ECONOMIA BAIXO NÍVEL DE CONFIANÇA DIFICULTA RETOMADA DO CRESCIMENTO

ENTREVISTA É PRECISO PROMOVER A GESTÃO DA ÁGUA NA AGROPECUÁRIA

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos, Heitor Chagas de Oliveira, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior
Suplentes: Cesar Camacho, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

MOMENTO DE BOM SENSO

COM CERTEZA, desde a redemocratização, este é o período de maior dificuldade vivida pelo Brasil. Desentendimento entre os partidos que compõem o Governo, movimentos populares de rua, índice elevadíssimo de rejeição à presidente e níveis espantosos de corrupção. Apesar de todos estes fatos, a ***Agroanalysis*** acredita que o bom senso prevaleça. A tese do 'quanto pior melhor' a ninguém interessa (dentro dessa temática, a seção Diário de Bordo, de nosso eterno ministro Roberto Rodrigues, faz mais algumas colocações na direção do bom senso). Está havendo uma manobra política de reconstrução de base parlamentar, para que os ajustes econômicos e a reforma política possam andar. O fato de o País não ter perdido o grau de investimento e ter havido a publicação do balanço auditado da Petrobras são fatores psicológicos importantes.

A confiança dos produtores agrícolas, diferentemente da dos empresários industriais ou dos consumidores, não está associada a variáveis domésticas, como PIB e inflação. Porém, há claras evidências de que, em termos de confiança, eles são fortemente condicionados aos preços das *commodities* agrícolas. A confiança, tanto dos empresários, quanto dos consumidores, é uma variável fundamental na economia e está baixa. Por isso mesmo, as notícias de manutenção do grau de investimento e de publicação do balanço da Petrobras ajudarão a recuperar a economia. Sem a volta da confiança, a economia não vai crescer.

Surpreende o resultado de uma pesquisa com produtores do Mato Grosso, destaque de nossa capa: não é a flutuação do dólar, nem a insegurança jurídica, o fator mais grave a tirar o sono do produtor rural, mas, sim, a indefinição política, *lato sensu*, e, também, das políticas agrícolas. Um bom retrato do Brasil atual. Talvez, o segundo fator mais importante para os produtores, os custos de produção, esteja indiretamente relacionado à flutuação do dólar. É importante, também, notar que a muito alardeada questão do novo Código Florestal não parece assustar.

A inflação está subindo, mas vai ceder entre o segundo semestre e o começo de 2016, pois a crise de demanda não é pequena. O dólar não deve ficar abaixo de R$ 3,00, mas também não deve passar de R$ 3,30, para a média do ano.

Em anos de maior dificuldade econômica, como agora, é necessário aproveitar todas as oportunidades. Nos programas de investimento na agropecuária financiados pelo BNDES, as taxas são menores do que o custo de oportunidade de aplicação dos recursos. Mesmo com os aumentos, a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e as demais taxas do BNDES não atingirão o nível da Selic. Portanto, aqueles que têm análises de investimento bem feitas devem tomar os créditos, em vez de utilizar recursos próprios. Manter liquidez, dinheiro nas mãos, em anos de crise pode significar um excelente negócio!

O ritmo ainda é intenso na colheita e na comercialização das culturas da safra 2014/15. A análise do desempenho econômico da produção de soja, na primeira safra, e de milho, na segunda safra, no estado do Mato Grosso, mostra resultados positivos. Os produtores que retardaram as vendas de outubro de 2014 para março de 2015 tiveram melhores resultados. No curto e médio prazos, o dólar valorizado é um fator de sustentação dos preços da soja e do milho no mercado brasileiro.

Na pauta da mídia, estão os embates sobre a crise hídrica na região Sudeste, em decorrência da longa estiagem que começou em 2013. O Brasil possui água em abundância, mas distribuída de forma desigual; assim, caso não se pratique uma gestão eficiente, situações de conflito e de escassez serão cada vez mais comuns. Na entrevista à ***Agroanalysis*** deste mês, Julio Cesar P. Palhares, pesquisador da Embrapa Pecuária Sudeste, explora com muita competência esse assunto. Ele alerta que, como a produção de alimentos é intensiva no uso da água, então, é dever do setor prezar pelo uso eficiente deste recurso natural.

A agenda regulatória do agronegócio foi objeto de seminário promovido pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e pela Sociedade Rural Brasileira (SRB), junto com a Cetip e a Demarest Advogados. As restrições para aquisição de terras rurais são vistas como um fator negativo à abertura de mercado e à atração de capital externo para investimento no País. Outros temas debatidos foram: a necessidade do Cadastro Ambiental Rural (exigido pelo novo Código Florestal), o impacto da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) nos negócios e as relações de trabalho na agroindústria.

Por fim, o Caderno Especial mostra a agropecuária no estado do Paraná, com as suas atividades diversificadas e com práticas ambientais sustentáveis. Chama a atenção o alto grau de participação das pequenas propriedades na produção total do estado, em especial nas granjas leiteiras. Como a atividade exige cada vez mais qualificação, o papel do Serviço Nacional de Aprendizado Rural do Estado do Paraná (SENAR-PR) tem sido fundamental para capacitar o trabalhador e o produtor rural. ■



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 CAPA ENTREVISTA
JULIO CESAR P. PALHARES
A CONSCIÊNCIA HÍDRICA ESTÁ À FLOR DA PELE

11 FRASES E COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
DESAFIOS DA POLÍTICA ECONÔMICA

14 AGRODROPS

18 MERCADO & NEGÓCIOS

18 INVESTIMENTO
UTILIZANDO OS JUROS SUBSIDIADOS

19 CAPA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA
A IMPORTÂNCIA DA CONFIANÇA

23 CAPA PESQUISA
O QUE TIRA O SONO DO PRODUTOR?

25 ETANOL E GASOLINA
A REAL E A POSSÍVEL RELAÇÃO DE PREÇO

27 CAPA SOJA E MILHO
DÓLAR GARANTE O MELHOR PREÇO

30 CONTEÚDO ESPECIAL

30 CADERNO ESPECIAL
AGROPECUÁRIA – PARANÁ

42 FÓRUM DEMAREST, ABAG, CETIP E SRB
AGRONEGÓCIO: AGENDA REGULATÓRIA

45 ESPECIAL ANDEF
UM NOVO BRASIL RURAL

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
RESPOSTAS

47 PRODUZIR
PRODUÇÃO PUXADA NO AGRONEGÓCIO

48 OPINIÃO
ESTÍMULO AOS PLANTADORES DE CANA

49 REFLEXÃO
REALIDADES OBSCENAS E HERÓIS

50 SERVIÇO AO AGRONEGÓCIO

A CONSCIÊNCIA HÍDRICA ESTÁ À FLOR DA PELE

JULIO CESAR P. PALHARES
PESQUISADOR DA EMBRAPA PECUÁRIA SUDESTE

POR PAULO ROQUE

Zootecnista, com Mestrado em Agronomia e Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental, Julio Cesar P. Palhares também é presidente da Sociedade Brasileira dos Especialistas em Resíduos das Produções Agropecuária e Agroindustrial (Sbera). À ***Agroanalysis*** fala sobre a crise hídrica e chama a atenção da agropecuária para a questão ao afirmar que: "podemos concluir que a produção de alimentos é intensiva no uso da água, tendo assim o dever de prezar pelo uso eficiente deste recurso natural".



AGROANALYSIS: ESSA QUESTÃO DA ABUNDÂNCIA DA ÁGUA NO BRASIL É UM MITO?

JULIO CESAR PALHARES: No consciente dos brasileiros, vivemos em um país rico em água, e isso nos leva a ter uma cultura de abundância e um uso perdulário do recurso. Detemos 13% da água doce superficial do mundo, mas a distribuição é desigual, pois 81% estão concentrados na Região Hidrográfica Amazônica. Nas regiões hidrográficas banhadas pelo Oceano Atlântico, estão disponíveis apenas 2,7% dos recursos hídricos. Enfim, temos água em abundância, mas distribuída de forma desigual, e, então, se não praticarmos a gestão, situações de conflito e de escassez serão cada vez mais comuns em nosso País. Alguns atores agropecuários insistem em dizer que ninguém mais do que o produtor rural sabe a importância que o meio ambiente e a água têm para ele. Se isso fosse uma verdade de fato, não estaríamos discutindo o tema. Se tudo estivesse certo, ou seja, se estivéssemos produzindo alimento com conservação da água em quantidade e qualidade, o recurso não seria objeto de discussão. No momento, a consciência hídrica está à flor da pele, devido aos diversos casos de escassez no País. Mas, a história mostra que essa consciência é muito frágil, desaparecendo com as primeiras chuvas. Devemos mudar nossa atitude frente ao recurso, internalizando o manejo hídrico nas propriedades e a gestão da água. Esse é o remédio bom. O remédio ruim são a escassez hídrica, a água com custo elevado e a legislação mais restritiva.

> “...O MEIO AMBIENTE TEM QUE SER PARTE DA TOMADA DE DECISÃO DE PRODUTORES, AGROINDÚSTRIAS E CONSUMIDORES.”

ESTUDOS DA FAO E OUTROS ESTUDOS APONTAM QUE A AGROPECUÁRIA CONSOME 70% DA ÁGUA NO MUNDO.

JCP: Aqui, vale diferenciar água captada de água consumida. A captada refere-se ao total do recurso que retiramos de rios, lagos, poços etc.; a consumida é a efetivamente utilizada. Portanto, capta-se muito mais do que se consome. Isso vale para agropecuária e para qualquer outra atividade humana. Há estudos que mostrarão números acima ou abaixo do valor de 70%, pois as metodologias para se calcular isso diferem. O fato é que, sim, a agropecuária é a grande atividade consumidora de água no Planeta. Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, a maior parte da água é consumida pela agropecuária; em países desenvolvidos, a maior parte é utilizada pelos setores industrial e de serviços. Em vista dos números, podemos concluir que a produção de alimentos é intensiva no uso da água, tendo assim o dever de prezar pelo uso eficiente deste recurso natural.

COMO O CICLO HIDROLÓGICO ENTRA NESSA QUESTÃO?

JCP: Nos cálculos, as dimensões do ciclo são consideradas, mas a água consumida pela agricultura não significa o total de chuva que determinada área com determinada cultura recebeu. Os números somente consideram a água consumida pela irrigação das culturas, aquela retirada e consumida de fontes superficiais e subterrâneas. E, no Brasil, assim como na maior parte dos países, a irrigação é considerada um uso consuntivo da água, ou seja, parte da água captada não retorna ao seu curso original, havendo redução efetiva da disponibilidade do manancial, e a água que retorna tem qualidade inferior à da que foi captada, e sua diluição afeta a qualidade de todo o corpo d'água.

A ÁGUA É ELEMENTO ESSENCIAL E NÃO PODE FICAR FORA DA SEGURANÇA AMBIENTAL?

JCP: Sim. Sem água não existe segurança ambiental. A falta de água em quantidade e com qualidade fragiliza-nos ambientalmente. Hoje, apesar dos problemas de escassez, nossa situação hídrica é uma vantagem competitiva que temos para produzir alimentos para nossa gente e para o mundo. Mas, não devemos esquecer que vantagens ambientais não são eternas e podem se tornar ameaças, de acordo com o uso que fazemos delas. A água, hoje abundante e barata, pode se tornar limitada e cara. Se o pior cenário vai acontecer, só depende de como entendemos a manejamos a água.

A COMPETIÇÃO PELA ÁGUA DÁ-SE NA AGROPECUÁRIA E NOS OUTROS USOS?

> “...SE ESTIVÉSSEMOS PRODUZINDO ALIMENTO COM CONSERVAÇÃO DA ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE, O RECURSO NÃO SERIA OBJETO DE DISCUSSÃO.”

JCP: A competição pela água está relacionada à situação em que a demanda é maior do que a oferta. Quando isso ocorre, temos um ambiente de conflito pelo uso. Cabe a nós trabalharmos para que isso não ocorra, e a melhor forma de fazermos isso é promovendo a gestão da água, seja na propriedade rural, seja na unidade hidrográfica. Para isso, dispomos dos instrumentos de gestão previstos nas legislações, bem como de conhecimentos e tecnologias que devem ser utilizados para esse fim. Internalizando a gestão hídrica, reduziremos os conflitos e seremos mais eficientes em transformar água em alimentos.

COMO VOCÊ ENXERGA O MANEJO DO RECURSO PELA AGROPECUÁRIA? O MANEJO HÍDRICO PODE SER APONTADO COMO UM GARGALO DA ATIVIDADE, TANTO NAS PROPRIEDADES RURAIS, COMO NAS AGROINDÚSTRIAS?

JCP: O manejo da água ainda é pouco praticado pela agropecuária brasileira. A justificativa para isso é que ainda não internalizamos o manejo hídrico em nossas produções. Manejo hídrico é definido como o uso cotidiano de conhecimentos e práticas que garantam a oferta de água em quantidade e com qualidade. No caso das produções animais, entendemos a água somente como um insumo produtivo – o que é um erro. Além de insumo, a água tem outras duas dimensões: alimento e recurso natural. Enquanto não entendermos e manejarmos essas três dimensões, continuaremos a manejar o recurso de forma pouco conservacionista, ameaçando a segurança hídrica das regiões e aumentando os conflitos entre a agropecuária e a sociedade. O manejo hídrico nas agroindústrias está mais evoluído. Por um lado, devido ao uso da água na agroindústria representar custo, quanto mais eficiente o uso, menor o custo de produção; e, por outro, as agroindústrias pleiteiam certificações ambientais que englobam o uso eficiente da água. Trata-se de outra razão para o setor agroindustrial estar mais evoluído e para que suas plantas de produção estejam, nas áreas urbanas, mais suscetíveis à pressão social, o que faz com que o setor busque conhecimentos e tecnologias para demonstrar sua responsabilidade hídrica.

A PEGADA HÍDRICA PASSA SER UMA NOVA ORDEM DE COBRANÇA NA AGROPECUÁRIA?

JCP: O cálculo da pegada é uma metodologia científica que envolve quatro etapas: delineamento dos objetivos, cálculo da pegada, análise de sustentabilidade e proposição de ações mitigatórias. O mais importante é o setor agropecuário brasileiro dispor de valores de pegada que reflitam as nossas realidades produtivas. Não diria que a pegada será uma nova ordem. Ela é uma ferramenta que nos auxilia a conhecer e

entender as relações hídricas. A nova ordem é a gestão da água. A pegada, bem como outras ferramentas, pode ajudar-nos a promover e praticar esta gestão.

É POSSÍVEL CONCILIAR PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E GESTÃO DAS NOSSAS ÁGUAS? É POSSÍVEL DESENVOLVER ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS SEM AGREDIR O MEIO AMBIENTE?

JCP: Sim. É possível, mas, para isso, temos que querer. Simplesmente achar que temos a produção agropecuária mais sustentável do Planeta não vai torná-la sustentável. Quando digo que temos que querer, significa que o meio ambiente tem que ser parte da tomada de decisão de produtores, agroindústrias e consumidores. Os consumidores têm uma posição muito cômoda, pois exigem produtos com valores ambientais e sociais, mas grande parte deles não está disposta a pagar por isso. Agroindústrias e o setor varejista exigem dos produtores rurais matérias-primas ambientalmente seguras, mas, muitas vezes, não estão dispostos a pagar por isso. Nossas decisões ainda são baseadas em um único fator, o econômico. Dispomos de muitos conhecimentos e tecnologias para utilizar a água de forma eficiente, reduzir os impactos ambientais negativos e produzir alimentos sem culpa ambiental. A baixa utilização destes conhecimentos e tecnologias tem como barreira muito mais uma questão cultural do que financeira. Precisamos mudar a visão que temos dos nossos sistemas de produção, passando pela formação de nossos profissionais agropecuários; precisamos entender que trabalhamos com fluxos de recursos naturais e insumos e que, quanto mais entendermos estes fluxos, melhores serão nossos balanços, ou seja, com o mesmo quilo de milho iremos produzir mais quilos de carne; e precisamos enxergar sistemas, e não nos limitarmos a sermos especialistas em pontos do sistema. ■



FRASES & COMENTÁRIOS

"O produtor que não fizer o Cadastro Ambiental Rural (CAR) sofrerá diversas penalidades, entre elas perda dos benefícios previstos pelo novo Código Florestal, suspensão de serviços da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), restrição a linhas de crédito ou programas de fomento, além de se tornar passível de autuação."

LUCÉLIA AVI, analista de Meio Ambiente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato)

"Menos Brasília, e mais Brasil... Vamos fortalecer a classe média rural e garantir igualdade de oportunidades para todos os agricultores do País."

KÁTIA ABREU, ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na abertura da Expodireto Cotrijal, em Não-Me-Toque-RS

"A pirataria e a falsificação de produtos para o setor rural ameaçam a aceitação e a competitividade de nossas mercadorias no exterior."

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), no artigo "Risco às exportações do agronegócio", publicado no jornal Folha de S. Paulo

"Se metade da população chinesa consumisse uma xícara de café por dia, isso absorveria toda a produção brasileira."

ZHAO GUICAI, presidente do ICBC (Industrial and Commercial Bank of China) Brasil, no evento Oportunidades de Comércio e Investimentos na China, realizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), em São Paulo

"O mercado de *softwares* destinados ao gerenciamento da atividade agrícola no Brasil está em franco crescimento. Atualmente, são mais de 500 sistemas disponíveis e elaborados, em sua maioria, por empresas de pequeno porte, mas com boa distribuição no País."

VANDA SCARTEZINI, engenheira eletrônica com especializações em Gestão de P&D, durante evento na Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), no Rio de Janeiro

"Um grande desafio do setor rural, hoje, é encontrar trabalhadores capacitados para os novos equipamentos à disposição da agricultura."

RUI PRADO, presidente da Famato, na reportagem "Campo aproveita mal tecnologia, diz produtor", publicada no jornal Folha de S. Paulo



"Podemos fornecer celulose com uma velocidade três vezes maior do que o segundo maior produtor do mundo."

ELIZABETH DE CARVALHAES, presidente executiva da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), ao participar de painel no evento Oportunidades de Comércio e Investimentos na China

"Há conflitos, com mortes no campo de produtores e índios, o que significa que o atual modelo de legislação que está sendo usado para as demarcações não é bom... Esta PEC vai dar a oportunidade para o Brasil conhecer de fato qual é a realidade do índio brasileiro, mas, também, a do produtor."

DEPUTADO NILSON LEITÃO (PSDB/MT), presidente da Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 215/2000, que trata sobre questões indígenas

MACROECONOMIA

DESAFIOS DA POLÍTICA ECONÔMICA

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV/EESP)

OS PRIMEIROS meses do ano foram marcados pelas tentativas de mudança na orientação da política econômica por parte do Governo tanto no campo monetário, quanto na área fiscal.

De fato, desde o início de 2014, já estava evidente a necessidade de uma reorientação da política econômica no sentido de reequilibrar as contas públicas e atuar a fim de proporcionar uma convergência da inflação para o centro da meta. Tais ações não foram adotadas no ano passado, e o que se verificou foi uma piora considerável nos indicadores macroeconômicos brasileiros. Esse quadro ensejou a necessidade de mudanças imediatas no que toca aos instrumentos de política econômica por parte do Governo.

Nesse sentido, a inflação, diferentemente do que o Banco Central (BC) havia apontado no início do ano passado, sinalizando para uma queda, afastou-se ainda mais do centro da meta, de 4,5%, no acumulado em doze meses. Esse fenômeno, associado ao fato de que a inflação tem sistematicamente subido ao longo dos últimos anos, teve custos em termos de credibilidade para a autoridade monetária no que se refere à condução da política monetária.

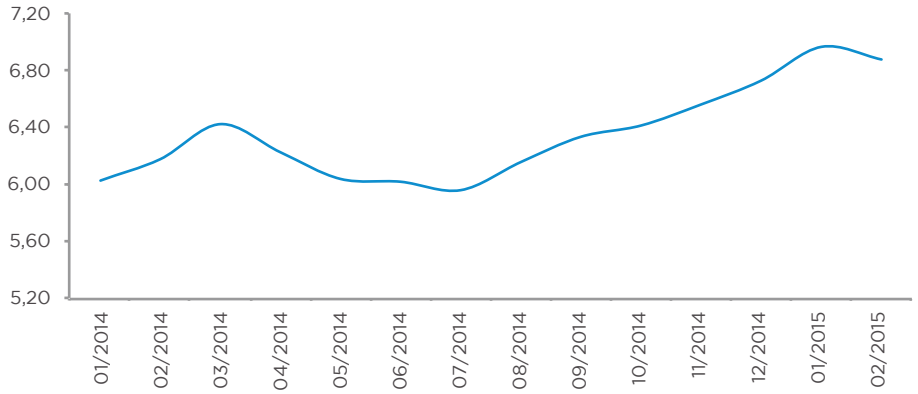
O custo da inação do BC no ano passado em termos de política monetária foi a elevação da inflação, que atingiu o patamar de mais de 7,5% no acumulado em doze meses nos primeiros meses de 2015, sem mostrar sinais concretos de queda no médio prazo.

Para piorar o quadro inflacionário, verificaram-se elevações de preços em vários segmentos, como energia elétrica e transportes, que aceleraram ainda mais o ritmo da alta dos preços. Esse cenário é agravado ainda mais se se considerar o fato de que a elevação da cotação da moeda norte-americana refletir-se-á necessariamente, em alguma medida, nos preços praticados domesticamente. Isso significa que a depreciação da moeda brasileira frente ao dólar terá efeitos ainda não completamente dimensionados sobre a inflação nos próximos meses.

Nesse sentido, o Banco Central iniciou, de forma atrasada, o processo de aperto dos juros e tem que lidar, neste momento, com uma baixa credibilidade da política monetária. Sob essa perspectiva, o BC tem errado em apontar que a inflação convergirá para o centro da meta daqui a alguns anos. Em face do deteriorado quadro inflacionário, seria mais adequado que o Banco comprometesse-se com uma convergência mais rápida, promovendo os ajustes necessários da política monetária nesse sentido.

A forma de atuação da política monetária neste momento não condiz com a situação de deterioração do quadro inflacionário em curso e de dispersão das expectativas. O risco de uma nova ele-

IPCA: EXPECTATIVA MÉDIA DE INFLAÇÃO
TAXA ACUMULADA PARA OS PRÓXIMOS DOZE MESES
(% A.A.)



Fonte: Banco Central do Brasil

vação da inflação associado exacerba o potencial de demandas por reindexação, o que seria extremamente nocivo do ponto de vista da economia no médio prazo.

Outro ponto fundamental em termos de reorientação da política econômica diz respeito à política fiscal. Nesse campo, os desafios não são menores do que os enfrentados pela política monetária. Na verdade, o que se verificou, ao longo dos últimos anos, foi um constante quadro de deterioração das contas públicas. Como reflexo desse processo, o governo federal fechou o ano passado com um déficit primário, o que abalou consideravelmente a credibilidade da política fiscal brasileira. Como resultado desse processo, o Brasil vive, neste momento, o risco concreto de perder o grau de investimento, o que, se concretizado, terá efeitos duríssimos sobre os investimentos estrangeiros direcionados para o País, bem como sobre os custos de captação das empresas brasileiras no exterior.

O Governo tomou consciência desse fato e tenta, neste momento, reorientar a política fiscal, visando a um aumento da arrecadação e alguma contenção de gastos. No entanto, esse esforço tem se mostrado difícil para o Governo. Por um lado, a recessão que o País enfrenta neste momento dificulta os esforços de tentar aumentar a arrecadação federal; por outro lado, parte do ajuste fiscal depende da aprovação de medidas que estão sendo discutidas no Congresso. Nesse aspecto, o sucesso nesse quesito é dificultado ante a fragilidade política que o Governo atualmente enfrenta. A somatória desses elementos coloca em dúvida o sucesso do ajuste fiscal sinalizado pelo Governo no começo deste ano.

Em suma, os elementos apontados sugerem que os desafios da política econômica neste ano não são pequenos, assim como os riscos associados. ■

SHUTTERSTOCK



AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO PODEM SER ENVIADAS PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

SUBSÍDIO EUROPEU NAS PROTEAGINOSAS



O setor das proteaginosas revela diminuição na produção na União Europeia (UE), ao longo dos últimos dez anos. O decréscimo é de 30%, sendo, no caso da soja, de 12%. Dois terços de um total consumido pelo bloco anualmente de 60 milhões de toneladas de proteaginosas, sobretudo soja, são importados. O fornecimento é feito pelo Brasil, pela Argentina e pelos Estados Unidos, sendo utilizado, em sua maioria, para fins de alimentação animal.

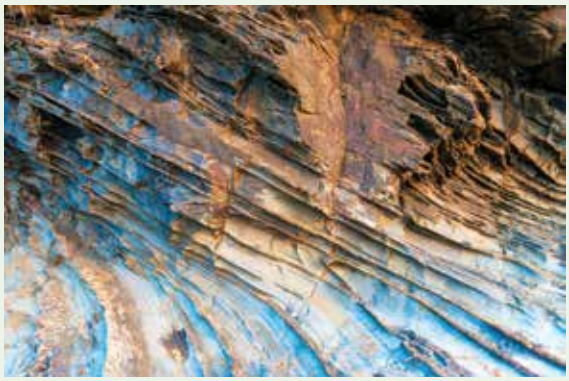
Essas importações equivalem a 20 milhões de hectares cultivados fora da UE, ou seja, mais de 10% do seu solo arável. Recente relatório da Comissão Europeia mostra que uma produção mais equilibrada de proteaginosas faz parte dos novos desafios suscitados pelas alterações climáticas, pela perda da biodiversidade agrícola, pela exaustão dos solos e pela poluição dos aquíferos. Tudo isso sem considerar a volatilidade dos preços dos produtos agrícolas no mercado mundial. Para os países exportadores de farelo de soja à UE, o sinal amarelo acendeu.

ZONAS LIVRES DA PESTE SUÍNA

A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconheceu os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina – que representam 68% das exportações do produto – como zonas livres da peste suína clássica. Com o certificado, o Brasil terá mais competitividade no mercado internacional. Desde 2009 a doença não tem incidência no Brasil. Segundo o secretário de Defesa Agropecuária, Décio Coutinho, a tendência é o crescimento de vendas de carne suína brasileira no exterior. "Este certificado é mais um reconhecimento da competência dos produtores brasileiros", concluiu.

PREÇO DO PETRÓLEO REDUZ PARCIALMENTE INVESTIMENTOS NO XISTO

A queda no preço do petróleo enfim atinge o setor de xisto dos EUA. A Continental Resources, maior produtora de petróleo de xisto, reduziu em 41% os investimentos previstos para 2015. Segundo o vice-presidente de pesquisa da empresa, Warren Henry, o número de plataformas de perfuração foi reduzido de 51 para 36 e deve diminuir ainda mais. Outras empresas com maior dificuldade financeira estão entrando com pedidos de recuperação judicial neste ano.



SHUTTERSTOCK

CAI EXCEDENTE DE AÇÚCAR

A Organização Internacional do Açúcar (ISO) projeta um excedente global para a temporada abaixo da quantidade registrada na safra passada. Estima-se que o consumo mundial de açúcar aumentará em 3,1 milhões de toneladas, enquanto a produção incrementará em 1,1 milhão de toneladas. Após os excedentes apurados em anos recentes, a produção e o consumo global estão bem equilibrados. Uma produção recorde é esperada, apesar da colheita reduzida em vários grandes produtores mundiais, como Brasil, China e Tailândia.

AÇÚCAR: PRODUÇÃO E CONSUMO MUNDIAL
(MILHÕES DE TONELADAS)

	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXCEDENTE
2013/14	171,1	168,4	2,7
2014/15	172,1	171,5	0,6

Fonte: ISO

LEI DOS CAMINHONEIROS

SHUTTERSTOCK



A Lei dos Caminhoneiros começa a valer no dia 17 deste mês. Nela, estão incluídos a isenção do pagamento de pedágio sobre o eixo suspenso de caminhões que circulam vazios, o aumento da tolerância máxima na pesagem de veículos de transporte de cargas e passageiros e a conversão das penas de multa por excesso de peso em penas de advertência. Com a nova medida, os donos da carga (contratantes do frete) serão responsabilizados pelo excesso de peso e transbordamento de carga. Também está prevista a ampliação dos pontos de parada para caminhoneiros.

REVISÃO DO PLANO ABC

Dez instituições representativas e órgãos da sociedade civil participaram das três reuniões para a revisão do Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC). Nos dois primeiros encontros, as discussões focaram questões regionais, enquanto a última teve abrangência nacional. Os participantes cobraram a necessidade de melhorar o diálogo para o setor privado oferecer sugestões a respeito de máquinas, equipamentos, sementes, fertilizantes etc. De acordo com Célio Porto, consultor do Observatório ABC, o documento conclusivo será entregue ao MAPA neste mês de abril, durante evento internacional para discutir as políticas de agricultura de baixo carbono.

SHUTTERSTOCK



ÁREA IRRIGADA CRESCE MENOS NO PAÍS

BRASIL: EXPANSÃO NA ÁREA IRRIGADA

ANO	ÁREA (MIL HECTARES)
2010	157,0
2011	175,8
2012	212,4
2013	271,8
2014	220,8

Fonte: ABIMAQ

Em meio à forte seca que afetou o Sudeste e outras regiões do País, o avanço da área agrícola irrigada pelos produtores brasileiros registrou desaceleração em 2014. Os dados são da Câmara Setorial de Equipamentos de Irrigação (CSEI), da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ). Para Antonio Alfredo Teixeira Mendes, presidente da câmara, a área irrigada no País é de 5,2 milhões de hectares, perto de 10% daquela plantada com grão. O Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra) disponibilizou R$ 300 milhões para a agricultura irrigada na safra 2014/15, contra uma demanda de R$ 1 bilhão.

RESULTADO DA EXPODIRETO 2015

Uma das maiores feiras do agronegócio do País, a Expodireto registrou um faturamento de R$ 2,1 bilhões em negócios na sua versão de 2015. Aproximadamente 230 mil pessoas passaram pela feira, realizada em Não-Me-Toque, no norte do Rio Grande do Sul. Apesar da queda de quase 35% no total de vendas em relação a 2014 (R$ 3,2 bilhões), os resultados foram comemorados pelo setor. A organização da feira acredita que o atual cenário da agricultura, com uma ótima safra de milho e projeção recorde na colheita de soja, ajudou nos negócios. "Isso é muito positivo, dá outro ânimo, porque a economia acaba girando e os negócios acabam acontecendo", disse o presidente do evento, Nei César Mânica.



expodireto.cotrijal.com.br

Nei César Mânica, presidente da Cotrijal

COMÉRCIO BRASIL-CHINA

Os dois países articulam-se na busca por melhorias nas condições de exportações de carnes do Brasil para a China e nas de pescados e frutas da China para o Brasil. A secretária de Relações Internacionais do Agronegócio do MAPA, Tatiana Palermo, e o vice-ministro da Agricultura da China, Yu Kangzhen, reuniram-se para debater as estratégias das trocas.

Além dos temas de comércio, a secretária e o vice-ministro chinês trataram sobre a possibilidade de novos investimentos chineses no Brasil, e vice-versa. A cooperação em ciência e tecnologia é outro item da pauta entre os dois países. Há interesse da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em aumentar a cooperação nas áreas de biotecnologia, nanotecnologia, troca de germoplasma, tecnologia para monitoramento de cultivos e safras, mudança climática, entre outras.

MAÇÃ TRANSGÊNICA QUE NÃO ESCURECE

Maçãs geneticamente modificadas (GM) que não escurecem depois de cortadas devem estar disponíveis para consumo em pequenas quantidades até o final de 2016. O produto foi aprovado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) em fevereiro último. Segundo o USDA, as frutas GM são tão seguras para as saúdes humana e animal e o meio ambiente quanto suas variedades convencionais e passaram por rigorosas análises de biossegurança, que incluíram dez anos de testes em campo. A tecnologia pode levar a uma redução no desperdício da fruta em restaurantes e supermercados, uma vez que tais maçãs teriam uma "vida útil" mais longa.



SHUTTERSTOCK

SUBSÍDIOS AGRÍCOLAS NA OMC

Os elevados subsídios domésticos concedidos para a agricultura são motivo de acalorada discussão na Organização Mundial do Comércio (OMC). Esta divergência mostra o grau de dificuldade para destravar as negociações em favor da liberalização do comércio agrícola global. O grupo de Cairns, que reúne os países agroexportadores, liderado pela Austrália, apresentou um trabalho polêmico sobre o aumento dos subsídios totais concedidos pelos dez mais importantes países na comercialização agrícola. Houve declínio nos EUA, na União Europeia e no Canadá, mas houve aumento em emergentes como China, Índia e Rússia. O Brasil continua com patamar pequeno de subsídio. Há muita discordância na metodologia e na interpretação dos resultados apurados pelo estudo.

FERROVIA NORTE-SUL

A obra permitirá o escoamento da safra 2015/16 com redução do custo do frete em 12%, segundo o coordenador executivo do Movimento Pró-Logística – organização presidida pela Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT) –, Edeon Vaz Ferreira. O trecho, de 855 quilômetros, vai de Anápolis, em Goiás, até Palmas, capital do Tocantins. O destino é o Porto de Itaqui, no Maranhão. A sua operação seguirá as novas regras de concessão da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT): uma empresa detém a ferrovia, e os operadores independentes fazem o transporte.

SHUTTERSTOCK



INVESTIMENTO

UTILIZANDO OS JUROS SUBSIDIADOS

DA REDAÇÃO

EM ANOS de maior dificuldade econômica, torna-se mais do que necessário aproveitar todas as oportunidades.

Os programas de investimento na agropecuária são financiados pelo BNDES, e as taxas são boas, menores do que o custo de oportunidade de aplicação dos recursos.

Com a Selic em 12,5%, e, provavelmente, chegando a 13% ao ano, uma aplicação segura e bem feita vai render, em termos líquidos, cerca de 10% ao ano. Mesmo com o aumento da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) – no mês passado, foi anunciado o aumento para 6% a.a., o qual não será o último em 2015 – e das demais taxas do BNDES, elas não atingirão tal valor de cerca de 10% ao ano.

Portanto, aqueles que têm um plano de negócio, ou seja, que fizeram uma boa análise sobre onde investir, devem tomar os créditos, em vez de utilizar recursos próprios. Vale lembrar que, mesmo se o recurso tomado tivesse custo ligeiramente maior do que o recurso do BNDES, ainda assim poderia ser um bom negócio. Manter liquidez, dinheiro nas mãos, em anos de crise pode significar um excelente negócio!

Nos últimos anos, quem tomou recursos a 3% ao ano e ainda tem mais três ou quatro anos pela frente para pagar tem enorme ganho de capital. O recurso próprio rende 10% ao ano líquido, enquanto o custo do empréstimo é de 3%. Por exemplo, em um saldo devedor de R$ 150 mil (um trator médio), há um ganho anual de cerca de R$ 10,5 mil, talvez o equivalente a 300 horas de uso deste trator.

Mas, atenção antes da decisão: a análise dos investimentos tem de ser muito bem feita. ■



SHUTTERSTOCK

RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

A IMPORTÂNCIA DA CONFIANÇA

FELIPPE SERIGATI

Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV/EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI

Economista pela Universidade de São Paulo (USP) e aluna do Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV (MPAgro) – roberta.possamai@gvmail.br

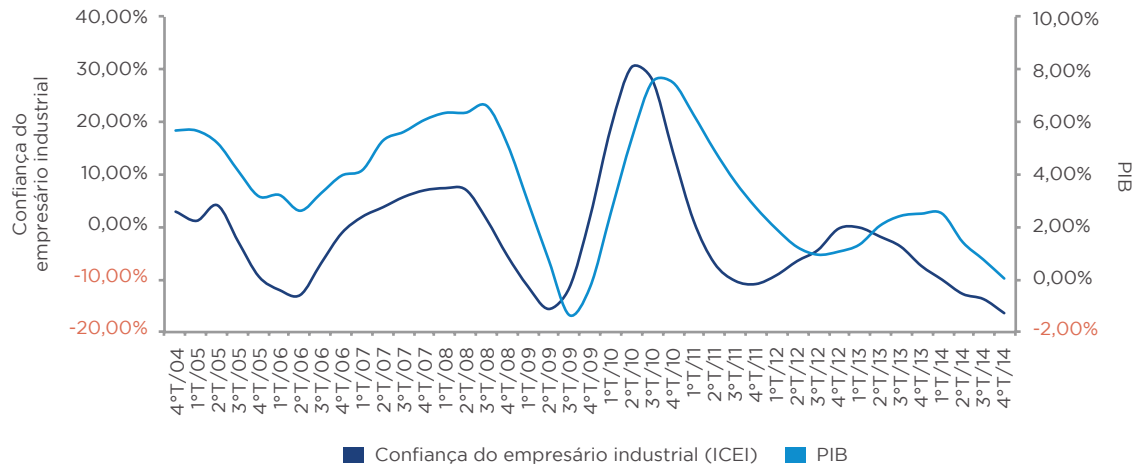
HÁ TEMPOS tem sido noticiada a deterioração das expectativas dos empresários e dos consumidores com relação à situação da economia brasileira e à capacidade de o Governo reverter esse quadro. Embora, à primeira vista, a importância das expectativas possa parecer algo abstrato nos discursos dos analistas econômicos, o fato é que esta variável é fundamental e antecede o movimento de diversas outras variáveis, como as decisões de consumo das famílias ou de investimento dos empresários. A conclusão dessa relação é direta: enquanto a confiança não voltar, a economia não crescerá.

POR QUE A CONFIANÇA É UM ELEMENTO TÃO IMPORTANTE NA ECONOMIA?

A confiança, tanto dos empresários, quanto dos consumidores, é uma variável fundamental na economia. Ela condiciona, por um lado, quanto os empresários vão investir, gerando emprego e renda para a população, e, por outro lado, quanto as famílias estão dispostas a gastar em bens e serviços, o que sinaliza para os empresários o tamanho da demanda que poderá existir para os seus produtos. Enfim, confiança é uma variável

CONFIANÇA DOS EMPRESÁRIOS INDUSTRIAIS (ICEI/CNI) *VERSUS* PIB

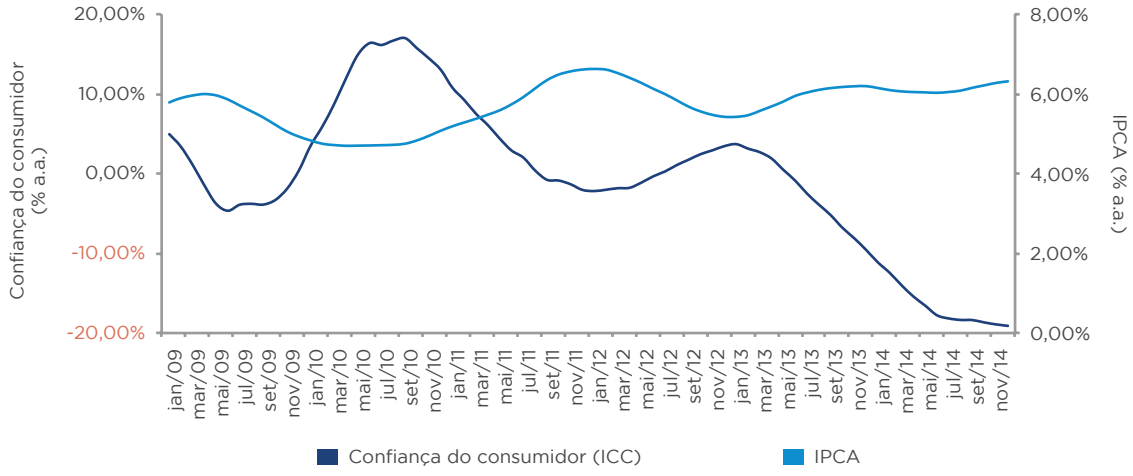
VARIAÇÃO DA MÉDIA MÓVEL DE QUATRO TRIMESTRES



Fonte: CNI; IBGE

CONFIANÇA DOS CONSUMIDORES (ICC/FECOMERCIO) *VERSUS* INFLAÇÃO

VARIAÇÃO DA MÉDIA MÓVEL DE DOZE MESES



Fonte: Fecomercio; IBGE



SHUTTERSTOCK

essencial para fazer a economia crescer, porque dela dependem tanto o consumo das famílias quanto os investimentos dos empresários. Aqui, é importante deixar claro que é difícil determinar qual confiança é mais importante: se a dos empresários ou a dos consumidores, afinal os movimentos dos investimentos e do consumo das famílias se retroalimentam.

POR QUE EMPRESÁRIOS E CONSUMIDORES ESTÃO PESSIMISTAS?

Embora ambos estejam pessimistas por causa da situação da economia, ao descer a um nível maior de detalhe, é possível notar que a origem desse mal-estar é diferente para cada caso. Do lado dos empresários, esse clima desfavorável resulta de uma combinação de custos de produção crescentes (óleo diesel, energia elétrica, tributos, crédito, bem como matérias-primas, máquinas e equipamentos importados), com uma demanda mais fraca. Com isso, a margem de lucro fica mais estreita. Além dessa margem menor, também é necessário incluir a falta de convicção de que o Governo terá força ou disposição para fazer os ajustes necessários tendo que lidar, simultaneamente, com uma grave crise política e com a queda da sua popularidade.

Ao cruzar as séries históricas, fica claro que, com maior ou menor defasagem, a confiança dos empresários precede os movimentos do Produto Interno Bruto (PIB). Em poucas palavras, isso significa que, para que o PIB cresça, é necessário que a confiança tenha aumentado em períodos anteriores. Novamente, enquanto as expectativas dos empresários não melhorarem, a economia não irá reagir. Todavia, para que a confiança dos empresários volte a crescer, é necessário que eles tenham alguma perspectiva mais sólida de que haverá demanda minimamente robusta pelos seus produtos; logo, é necessário que a confiança do consumidor também reaja.

Assim como as expectativas dos empresários, a confiança dos consumidores também tem se deteriorado de forma quase contínua e há um bom tempo – isto é, esse não é um fenômeno recente, embora seja notório o agravamento atual. Por trás dessa dinâmica, está a perda de vigor do mercado de trabalho, refletida na desaceleração do crescimento do rendimento médio e, agora, na maior ameaça de desemprego. Aliada a isso – e longe de ser menos importante –, há a perda do poder de compra das famílias, resultado de uma inflação que tem operado, na média, próximo a 8% a.a. e, para os itens associados a serviços pessoais (como cabeleireiro, empregado doméstico, serviços bancários, consertos e manutenção etc.), na casa de 10% a.a.

Ao cruzar as séries históricas de inflação e confiança do consumidor, fica claro como variações no poder de compra da população afetam rapidamente suas expectativas com relação à situação econômica, tanto de forma positiva, quando a inflação desacelera, como de forma negativa, quando os preços crescem com maior fôlego.

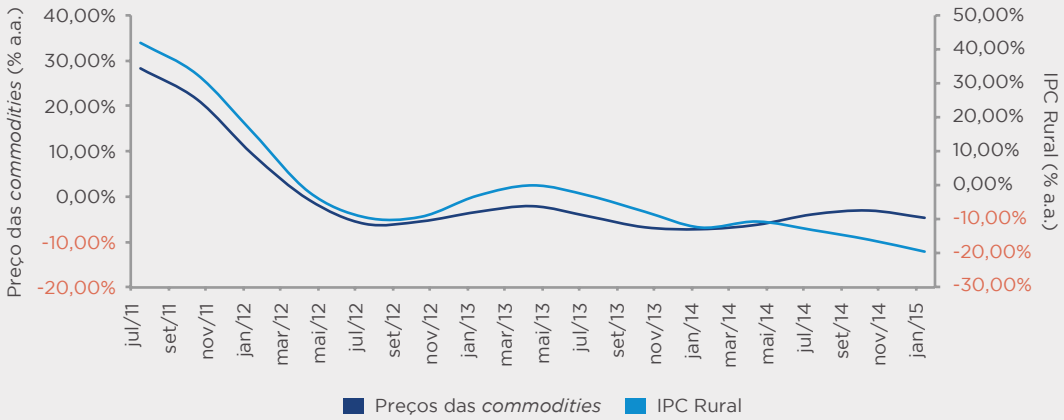
COMO RECUPERAR A CONFIANÇA?

Infelizmente, não há mágica que possa recuperar a confiança, tanto dos empresários, quanto dos consumidores, de forma consistente no curto prazo. A economia brasileira tem que corrigir uma série de desequilíbrios acumulados nos últimos anos, e esse processo de correção não é indolor. Do lado dos empresários, a taxa de juros mais alta tornará o crédito mais caro, e a desvalorização cambial, associada ao realinhamento dos preços administrados, elevará os demais custos de produção. Além de tudo isso, a demanda estará mais fraca, pois, do lado dos consumidores, os salários, na melhor das hipóteses, terão que subir abaixo da inflação. Para finalizar, além dos problemas do lado econômico, o Governo terá que lidar com questões até mais graves do lado político. Enfim, no curto prazo, não há grandes medidas para melhorar a confiança dos agentes econômicos, sejam eles empresários ou consumidores.

E A CONFIANÇA DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS?

Diferente dos empresários industriais ou dos consumidores, a confiança dos produtores agrícolas não está associada a variáveis domésticas. Por exemplo, as expectativas dos produtores não parecem preceder o PIB agropecuário ou acompanhar as expectativas dos demais empresários, sejam eles industriais ou dos setores de comércio ou serviços. Porém, há claras evidências de que a confiança dos produtores é fortemente condicionada pelos preços das *commodities* agrícolas.

CONFIANÇA DOS PRODUTORES RURAIS *VERSUS* PREÇO DAS *COMMODITIES* AGRÍCOLAS
VARIAÇÃO DA MÉDIA MÓVEL DE QUATRO TRIMESTRES



Fonte: AgroFEA; Banco Mundial

Ao comparar as expectativas dos produtores agrícolas a preços agrícolas, alguns comentários adicionais são importantes:

• A falta de forte relação entre confiança dos produtores e PIB agropecuário não deve ser uma grande surpresa, pois o retorno da atividade agropecuária no curto prazo está muito mais associado às condições da oferta do que às da demanda – basta lembrarmos que a demanda por alimentos tende a ser inelástica com relação à variação da renda doméstica.

• Infelizmente, apesar do excelente trabalho da equipe do Programa de Pesquisa em Agronegócio da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – FEA-RP (AgroFEA), a construção de índices que captam a confiança dos produtores rurais é um esforço recente. Portanto, as séries são curtas, e não é possível avaliar se essa relação entre preço de *commodities* e expectativa dos produtores é um fenômeno restrito aos últimos anos ou se é um comportamento padrão nesse mercado.

• Isso significa que o agronegócio brasileiro, apesar de, na média, não estar em seus melhores momentos, é um dos setores econômicos que tem sentido menos os impactos dos ajustes econômicos. Essa dinâmica reflete-se na confiança dos produtores, que está contraindo-se em uma intensidade bem menor do que a das expectativas dos demais empresários ou consumidores. ■

PESQUISA

O QUE TIRA O SONO DO PRODUTOR?

FLAVIO RUHNKE VALÉRIO
Consultor e pesquisador da Markestrat – fvalerio@markestrat.org

MARCOS FAVA NEVES
Professor na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP) – mfaneves@usp.br

A AGRICULTURA é uma atividade muito complexa. Para ter sucesso e rentabilidade, o produtor rural deve dominar não apenas a parte técnica e de produtividade da fazenda (relacionada a plantio, tratos culturais e colheita), mas também a gestão do seu negócio (custos de produção, gestão de pessoas, planejamento estratégico, entre outros) e da comercialização de sua produção.

Mudanças no ambiente externo, como novas tecnologias, a economia do País e a política, têm ramificações por toda a cadeia produtiva, desde o acesso aos insumos até o preço de venda da produção. Somam-se a isso três fatores que caracterizam a atividade agrícola e que a tornam única: a alta exposição e o impacto das variáveis climáticas, a perecibilidade de seus produtos e a sazonalidade.

Nesse cenário, diversas são as preocupações que acabam "tirando o sono do produtor". Para o avanço da competitividade do agronegócio brasileiro, é interessante que se conheçam esses pontos de atenção para ações e estratégias que impulsionem o setor.

Com o intuito de começar a entender o que se passa na cabeça do agricultor, fizemos a seguinte pergunta para 54 grandes produtores de grãos do Mato Grosso do Sul: "o que tira seu sono atualmente?".

O QUE TIRA O SONO DO PRODUTOR?

As respostas dos agricultores variaram muito, tendo sido citados diversos pontos de atenção, e, por isso, eles foram agrupados em categorias. A classificação e a quantidade de citações de cada categoria são apresentadas no gráfico, e a explicação das categorias é mostrada em texto.

1. Política e Políticas Agrícolas: a desorganização da política e da administração pública foi muito citada. Outros pontos levantados foram a corrupção e a ineficácia de políticas agrícolas como os seguros, que não refletem as necessidades do produtor.

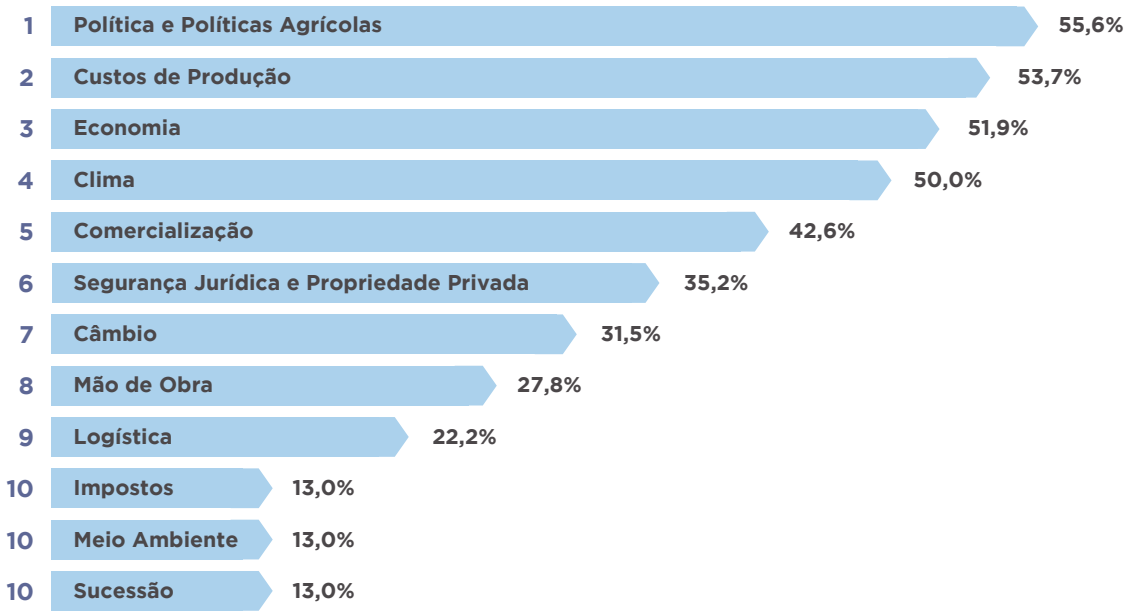
2. Custos de Produção: o aumento nos custos de produção é o segundo maior ponto de preocupação atualmente; insumos como defensivos, combustível, sementes e máquinas foram citados.

3. Economia: na parte econômica, vários são os fatores que preocupam o produtor rural – a inflação, as taxas de juros, o acesso a crédito, a produção mundial de grãos, o aumento do custo de vida, a política econômica brasileira atual.

4. Clima: a variável do clima é motivo de grande atenção dos produtores que se preocupam com períodos de seca e oscilações climáticas não previstas, principalmente no momento em que vivem uma das maiores secas da história.

FATORES QUE MAIS PREOCUPAM OS PRODUTORES DO MATO GROSSO DO SUL

CADA PRODUTOR INDICOU MAIS DE UM FATOR



Fonte: Autores

5. Comercialização: a grande oscilação do preço das *commodities* causa insegurança no agricultor, que também argumenta sobre a falta de políticas de preço mínimo e o pouco conhecimento das ferramentas de comercialização.

6. Segurança Jurídica e Propriedade Privada: a demarcação de terras indígenas e a invasão de propriedades promovida pelo Movimento Sem Terra (MST) fazem com que a violência e a incerteza jurídica façam parte das preocupações do produtor.

7. Câmbio: a variação cambial é uma questão importante, pois afeta tanto o valor de insumos, como o de venda das *commodities*. Por ter sido muito citado, o câmbio foi categorizado separadamente de outros fatores econômicos.

8. Mão de Obra: foram citadas as dificuldades de atração e motivação de funcionários qualificados e as pressões relacionadas à legislação trabalhista que encarecem e protegem demais o trabalhador.

9. Logística: nas questões logísticas, foi citada a péssima qualidade de estradas e portos para o escoamento da produção agrícola.

10. Impostos: além de citarem a grande carga tributária que é aplicada às fazendas, os produtores preocupam-se com as constantes mudanças nas leis.

10. Meio Ambiente: foram agrupadas no desafio de meio ambiente preocupações como questões hídricas, Código Florestal e legislação ambiental.

10. Sucessão: a sucessão familiar da fazenda ainda preocupa muitos produtores de grãos brasileiros, pois os filhos que testemunham as dificuldades na atividade agrícola, muitas vezes, não têm a intenção de seguir à frente do empreendimento agro.

O ideal seria que as grandes empresas do agronegócio e os políticos brasileiros procurassem identificar e compreender melhor as dificuldades que um dos setores mais importantes do País vive e estabelecessem estratégias e ações para minimizar as preocupações do produtor. Até lá, temos a impressão de que o produtor ainda terá muitas noites mal dormidas. ■

ETANOL E GASOLINA

A REAL E A POSSÍVEL RELAÇÃO DE PREÇO

PLINIO NASTARI
Presidente da DATAGRO e ex-presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA)

UM DOS parâmetros mais relevantes para a competitividade do etanol em relação à gasolina no Brasil é a relação de preço de indiferença entre os dois produtos, medida nos postos de abastecimento. Com a frota de veículos *flex*, ficou consolidado, a nível popular, o índice de 70% como preço relativo de indiferença, embora pouco esclarecimento tenha sido dado sobre isso até o momento. Quando a relação de preços for acima de 70%, o consumidor deveria optar pelo consumo de gasolina.

Abaixo dos 70%, o consumidor deveria optar pelo uso do etanol hidratado. Isso se o consumidor não estiver preocupado com qualquer outro elemento de decisão, como, por exemplo, uma possível opção pelo uso de um combustível renovável, gerador de empregos, poupador de divisas ou que ajuda a controlar a emissão de gases causadores do efeito estufa, além de outros compostos orgânicos voláteis causadores de *smog* fotoquímico e micropartículas que contaminam os pulmões e estão associadas a uma série de doenças, em vez do combustível de origem fóssil.

Esquecendo todo o resto, e pensando somente no impacto econômico de curto prazo relacionado à escolha do combustível, é a relação de preço de indiferença que define a opção do consumidor. Esta opção tem sido, inclusive, a causa de uma mudança importante no comportamento do consumo de combustíveis leves. Os combustíveis usados em transporte são reconhecidos por terem uma baixa elasticidade-preço de consumo no curto prazo, isto é, variações de preço significativas resultam numa pequena variação na quantidade demandada. Isso ocorre porque é difícil, no curto prazo, mudar hábitos de transporte ou de costume.

A frota *flex* no Brasil mudou radicalmente a elasticidade-preço dos combustíveis leves no País. Ao permitir que o consumidor opte pelo combustível mais competitivo no ato do abastecimento, as elasticidades-preço do consumo de gasolina e de etanol hidratado no Brasil aumentaram consideravelmente. Não é por outro motivo que, em 2014, por exemplo, o consumo de combustíveis do ciclo Otto – gasolina mais etanol hidratado, avaliados em gasolina equivalente – apresentou um aumento de 9,2% em relação ao ano anterior, enquanto o consumo de gasolina C cresceu apenas 7,3%, e o de etanol hidratado cresceu 20,1%.

Segundo estimativa da DATAGRO, no final de 2014, a frota *flex* atingiu 23,12 milhões de veículos. Esta participação tem sido crescente por causa do sucesso nas vendas de veículos *flex*, que têm representado mais de 80% das vendas totais de veículos leves.

O aumento da participação da frota *flex* na frota total significa que a variação potencial no consumo de gasolina ou de etanol hidratado tem aumentado ao longo do tempo. Havendo preço competitivo para um ou outro produto, a composição do consumo poderá apresentar alterações significativas no curto prazo.

Conhecer qual é a real relação de indiferença dos veículos que estão entrando em circulação é, portanto, de suma importância. A DATAGRO realizou pesquisa envolvendo uma amostra de 94,1% de todos os veículos leves comercializados no período

de janeiro a novembro de 2014. Foram levantados os consumos específicos, em quilômetros por litro, nos ciclos Cidade e Estrada, de todos os modelos e motorizações desta amostra. As fontes consideradas foram o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), e, no caso das montadoras que não participam do programa – visto que não é compulsório –, informações publicadas pela Revista Quatro Rodas, pelo site Folha Uol e pelo Instituto Mauá de Tecnologia (IMT).

O resultado da pesquisa indicou que, para essa amostra, a relação de preço de indiferença entre o etanol hidratado e a gasolina foi de 68,6%, para o ciclo Cidade, e de 69,5%, para o ciclo Estrada. Mais importante foi identificar que a relação mínima foi de 63,0%, no ciclo Cidade, e de 63,3%, no ciclo Estrada, o que denota que há veículos sendo acrescentados à frota onde a eficiência do uso do etanol está ainda muito abaixo da média. De outro lado, foram identificadas motorizações em que a relação é de até 79,3%, no ciclo Cidade, e 75,8%, no ciclo Estrada. Isso demonstra que existe a possibilidade de serem atingidos níveis relativos de eficiência no uso do etanol muito maiores.

O que diferencia essas *performances* é um conjunto de variáveis, sendo que a mais relevante é a taxa de compressão dos motores. Quanto maior a taxa de compressão, maior é a capacidade de o motor extrair trabalho das calorias contidas no combustível. Taxas de compressão elevadas só são possíveis com combustíveis com elevada octanagem, que é exatamente uma das características mais importantes diferenciando o etanol da gasolina.

Esta pesquisa mostra que incentivos fiscais de IPI poderiam estar sendo direcionados para os veículos que estiverem utilizando o combustível renovável de origem nacional de forma mais eficiente, estimulando assim o aumento da eficiência energética e a opção pelo uso de combustíveis renováveis e limpos em nosso País. ■

RELAÇÃO DE PREÇO DE INDIFERENÇA ENTRE ETANOL E GASOLINA

(ABAIXO DE 70%: MAIS FAVORÁVEL AO ETANOL)

CICLO	MÉDIA	MÍNIMA	MÁXIMA
Cidade	68,6%	63,0%	79,3%
Estrada	69,5%	63,3%	75,8%

Nota: porcentagens ponderadas pelas vendas de cada modelo motorizado no período de janeiro a novembro de 2014

Fonte: DATAGRO, a partir de dados do Inmetro, da Revista Quatro Rodas, da Folha Uol e do IMT



SHUTTERSTOCK

SOJA E MILHO

DÓLAR GARANTE O MELHOR PREÇO

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

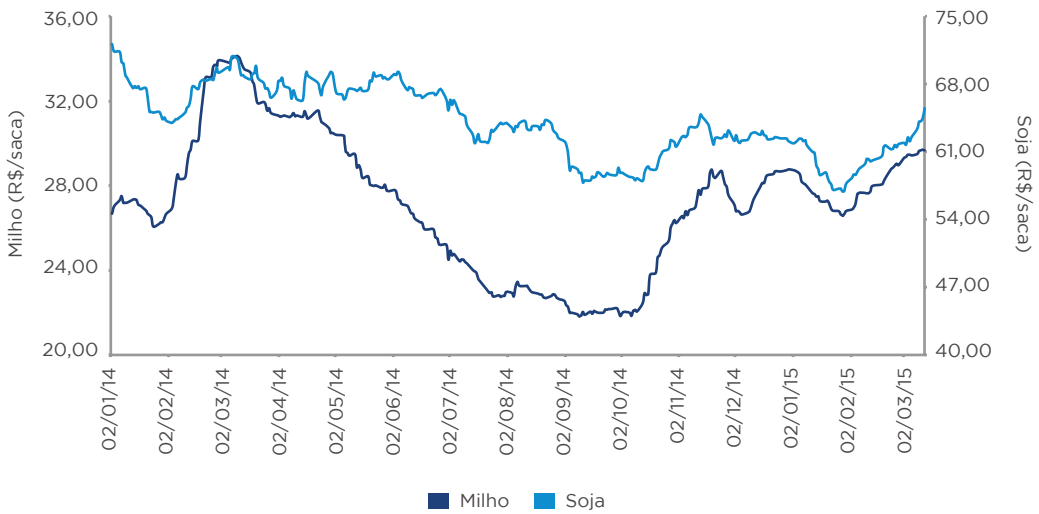
NO CURTO e médio prazos, o dólar valorizado é um fator de sustentação dos preços da soja e do milho no mercado brasileiro, mesmo com a colheita da safra de verão em andamento no País. No mais, outros fatores que influenciam positivamente os preços são: para o milho, incertezas com relação ao volume da produção de milho 2ª safra no Brasil; e, para o milho e a soja, a possibilidade de redução da produção norte-americana na safra 2015/16. Com isso, espera-se uma maior movimentação por parte dos vendedores no final de abril.

O aumento observado a partir de fevereiro decorreu da valorização do dólar em relação ao real, com reflexo direto nos preços destas *commodities* no mercado. No caso da soja, em Paranaguá, no estado do Paraná, os preços em reais subiram 13,7%, enquanto, em dólar, houve queda de 6,4%. Já, para o milho, houve registro de aumento nos preços de 10,7% em real, com queda de 12,2% em dólar.

Como consequência, em uma simulação, os produtores que, em vez de venderem suas produções em outubro de 2014, esperaram para vender em março de 2015 registraram lucro 32,9% superior, no caso da soja, e 332,9%, no caso do milho.

PREÇOS DO MILHO EM SÃO PAULO E DA SOJA NO PARANÁ

(R$/SACA)



Fonte: Cepea

Atrasos na colheita da soja e, consequentemente, no plantio da segunda safra de milho, além do clima adverso em algumas regiões produtoras, em especial no Centro-Oeste, contribuíram para a formação desse cenário. Esse movimento de alta animou os produtores, e a liquidez do mercado melhorou, tanto na soja, como no milho. No caso do milho, os produtores correram para finalizar a semeadura do grão, mesmo fora da janela ideal de plantio e com as incertezas climáticas.

RESULTADOS ECONÔMICOS

A análise do desempenho econômico da produção de soja na primeira safra e do milho na segunda safra, no estado do Mato Grosso, mostra resultados positivos, quando se compara a venda em dois momentos distintos:

• Primeiro: em outubro de 2014, quando a safra de verão estava sendo plantada. O tom do mercado era baixista devido à expectativa de maior oferta mundial na temporada e de que o dólar estivesse em um patamar bem mais baixo; e

• Segundo: em março de 2015, com os preços em alta.

Foram utilizados os valores referentes aos custos operacionais de produção e as produtividades médias divulgadas pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA) para a safra 2014/15.

O agricultor que, em outubro de 2014, vendeu a soja e o milho para entrega futura teve um lucro médio de R$ 1.108,80 por hectare, sendo R$ 943,99 provenientes da soja (safra de verão) e R$ 164,81, do milho 2ª safra. Já quem aguardou e deixou para negociar mais para frente, em março de 2015, conseguiu um lucro médio de R$ 1.967,69 por hectare, sendo R$ 1.254,20 da venda da soja e os R$ 713,49 restantes, do milho safrinha.

Vejam que o lucro aumentou 77,5% em questão de cinco meses. Especificamente no milho, a rentabilidade aumentou mais de quatro vezes em relação ao desempenho estimado para a venda no segundo semestre de 2014.

Considerando as vendas em outubro de 2014, a estimativa é de uma rentabilidade média de 7,0% para a soja e de 1,2 para o milho. Para venda em março de 2015, a estimativa é de 9,3% para a soja e 5,3% para o milho. ■



SHUTTERSTOCK

MATO GROSSO: RESULTADOS ECONÔMICOS DA PRODUÇÃO DE SOJA (SAFRA DE VERÃO) E MILHO 2ª SAFRA, NA SAFRA 2014/15

SOJA		
	OUTUBRO DE 2014	MARÇO DE 2015
Preço de venda (R$/saca)	59,58	65,50
Custo de produção (R$/ha)	2.178,00	2.178,00
Produtividade média (sacas/ha)	52,4	52,4
Receita (R$/ha)	3.121,99	3.432,20
Lucro (R$/ha)	943,99	1.254,20
Preço médio da terra (R$/ha)	13.500,00	13.500,00
Rentabilidade (%)	7,0	9,3
MILHO		
	OUTUBRO DE 2014	MARÇO DE 2015
Preço de venda (R$/saca)	23,62	30,00
Custo de produção (R$/ha)	1.866,51	1.866,51
Produtividade média (sacas/ha)	86	86
Receita (R$/ha)	2.031,32	2.580,00
Lucro (R$/ha)	164,81	713,49
Preço médio da terra (R$/ha)	13.500,00	13.500,00
Rentabilidade (%)	1,2	5,3

Fonte: Scot Consultoria





CADERNO ESPECIAL

AGROPECUÁRIA – PARANÁ

O ESTADO do Paraná contribuiu com 5,84% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, como a quinta maior economia do País, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com exportações de US$ 16,3 bilhões, foi também o quinto maior estado exportador, com 7,26% das exportações brasileiras, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Já o agronegócio participou com quase 77% nas suas exportações. Esses números referem-se a 2014.

A estrutura fundiária, composta de 532.840 propriedades rurais, apresenta uma característica muito peculiar: 87% delas são unidades com áreas inferiores a 50 hectares, mas com representatividade expressiva de 49% nas lavouras (sendo 28% nas temporárias e 21% nas permanentes) e 27% nas criações de animais.

Com climas tropical, subtropical e temperado, o estado pode desenvolver uma agropecuária muito diversificada e pujante, orientada para a montagem de arranjos produtivos locais não somente focados na produção rural, mas também na indústria, no comércio e em serviços. O sistema cooperativista, com uma participação de 51% na produção estadual, teve uma participação estratégica na montagem desse processo.

A tradição agropecuária enraizada ao longo do tempo ganhou força e consolidação na atividade econômica geral. Para isso, a adesão da produção intensiva colaborou com a escala de produção. Baseado em pesquisa, desenvolvimento e inovação, esse modelo trouxe muito treinamento e qualificação dos recursos humanos.

Na verdade, o Paraná sempre teve desempenho de destaque de uma forma ampla na agropecuária, com cadeias produtivas ranqueadas em posições de liderança no País. Na área de grãos, por exemplo, apesar de ter apenas 2,5% do território nacional, a sua participação é de 18,55% da

produção total, conforme dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

De fato, o cultivo paranaense de grãos mostra uma curva ascendente no período de 1997 a 2014: a expansão foi de 116% em produção e 38% em área, com ganho de produtividade de 57%. Trata-se de um comportamento de crescimento e desenvolvimento sustentável que permitiu uma poupança de área próxima a 3 milhões de hectares para a manutenção e a defesa da fauna e da flora.

Essa majoração da produtividade possui como fundamento a inserção de tecnologia nos processos de produção da agropecuária. É o resultado do emprego de boas práticas conservacionistas na manutenção do solo e nos tratos culturais para as plantas. Tudo isso aliado a maiores capacidade e aptidão para o negócio por parte dos produtores rurais.

Na verdade, considerado como um dos berços modernos da produção agropecuária nacional, o estado do Paraná registra marcas pioneiras de

PARANÁ: USO DA TERRA
(EM MILHÕES DE HECTARES)

FINALIDADE	Área	Part. %
Lavouras	7,00	35,0
Pastagens	5,50	28,0
Vegetação nativa	4,39	22,0
Cultivos florestais	0,86	4,0
Áreas urbanas	0,22	1,0
Represas	0,25	1,0
Outros usos	1,79	9,0
Total	19,99	100,0

Observação: as matas nativas (1,6 milhão de hectares), somadas às 68 unidades de conservação estaduais (1,2 milhão de hectares) e 10 federais (3,9 milhões de hectares), correspondem a 34,0% do território paranaense

Fontes: IBGE; SEMA/IAP; SBS (2006)

PARANÁ: PRODUÇÃO E *RANKING* NACIONAL DAS PRINCIPAIS CULTURAS NA SAFRA 2014/15

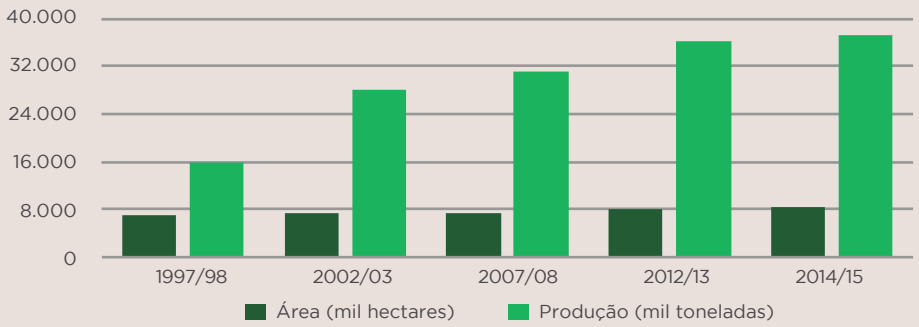
	Produção	*Ranking*	Participação
Trigo (milhões de toneladas)	3,7	1º	63,0%
Feijão (mil toneladas)	767,4	1º	23,0%
Cevada (mil toneladas)	191,0	1º	61,0%
Soja (milhões de toneladas)	17,0	2º	18,0%
Milho (milhões de toneladas)	14,5	2º	18,6%
Mandioca (milhões de toneladas)	3,7	2º	17,5%
Aveia (mil toneladas)	137,0	2º	43,0%
Cana-de-açúcar (milhões de toneladas)	43,0	3º	8,3%
Laranja (mil toneladas)	976,0	3º	5,5%
Etanol (bilhões de litros)	1,6	5º	6,0%
Leite (bilhões de litros)	4,3	3º	12,6%

Fonte: Conab – 6º levantamento, de março de 2015

inovação e sucesso para viabilizar o setor no País em moldes tropicais. É o caso da implantação das técnicas revolucionárias e inéditas do sistema de plantio direto na palha do Brasil. Hoje, este está empregado em mais de 35 milhões de hectares.

Os desafios recentes para manter a agropecuária sustentável colocam, na agenda da condução da propriedade rural, a intensificação da fixação biológica de nitrogênio, a expansão da floresta plantada e os tratamentos de dejetos animais. As primeiras receptividades na adoção desses processos já aconteceram e principiaram no Paraná, assim como a complementação da renda rural pelo uso de energia limpa e renovável (biocombustíveis, biodigestores, biofertilizantes e bioirrigação, dentre outras).

PARANÁ: PRODUÇÃO E ÁREA CULTIVADA DE GRÃOS



Fonte: DERAL



SHUTTERSTOCK

GRÃOS DE VERÃO E INVERNO

A soja é uma lavoura típica de verão, apesar do desenvolvimento das variedades precoces e tardias, enquanto o trigo, a cevada e o centeio são culturas típicas de inverno. O milho compartilha de ambas as safras de verão e inverno. Juntamente com três ciclos diferentes de produção do feijão (águas, secas e inverno), isso acontece em função das bem-sucedidas investigações genéticas.

Assim, as condições de clima do Paraná proporcionam diversificação no leque de culturas, em termos de atender as exigências para a exploração das plantas em diferentes safras durante o ano. É por isso que o estado contribui com grande parte da produção nacional de produtos, seja da estação de verão ou da de inverno. O resultado é a garantia regular do abastecimento próprio e do País na alimentação da população, na criação de animais e na fabricação de combustíveis.

SOJA: CARRO-CHEFE

Principal produto agrícola, com cultivo crescente a cada ano em quase todas as regiões do estado; para a safra 2014/15, espera-se uma produção recorde.

MILHO: SUPRIMENTO ANIMAL

O milho é a segunda cultura em área e produção no Paraná. O seu aumento de produção decorre do ganho da produtividade. Entre as safras 2004/05 e 2013/14, a produtividade do milho cresceu mais de 50%: de 3.995 kg/ha para 6.107 kg/ha. Isso tem compensado a sua queda de área.

No cultivo de 1ª safra no ano agrícola 2014/15, o estado deve colher a terceira maior produção do País. Mas, o milho 2ª safra ou milho "safrinha" passou a ser a principal opção de cultivo nos últimos dez anos.

Como importante produtor de proteína animal, a manutenção da produção de milho em níveis satisfatórios é importante para atender essa demanda: metade da produção de milho destina-se à alimentação animal.

FEIJÃO: MAIOR PRODUTOR NACIONAL

Nesta safra 2014/15, participará com 23% do total, com o volume de 767,4 mil toneladas. A cultura é desenvolvida em todas as regiões do estado e possui três safras de cultivo, com mais de 95% da sua produção sendo obtidos na primeira e na segunda safras.

Similar à cultura do milho, o feijão é desenvolvido nos mais variados sistemas de cultivo e níveis de tecnologia.

PARANÁ: ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DA SOJA

SAFRA	2008/09	2013/14	2014/15	Var. entre 2008/09 e 2014/15
Área (mil ha)	4.069	5.010	5.175	27,2%
Produção (mil t)	9.509	14.780	17.199	81,1%
Produtividade (t/ha)	2,34	2,95	3,33	42,4%

Fonte: Conab – 6º levantamento, de março de 2015

PARANÁ: ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DE MILHO (1ª E 2ª SAFRAS)

SAFRA	2008/09	2013/14	2014/15	Var. entre 2008/09 e 2014/15
Área (mil ha)	2.783	2.566	2.408,9	-12%
Produção (mil t)	11.101	15.671	14.598,6	33%
Produtividade (t/ha)	3,99	6,11	6,04	51%

Fonte: Conab – 6º levantamento, de março de 2015

PARANÁ: PRODUÇÃO DE MILHO NA 2ª SAFRA

SAFRA	2005/06	2008/09	2014/15	Var. entre 2005/06 e 2014/15
Produção (mil t)	3.416,7	4.578,6	9.963,1	191%

Fonte: Conab

PARANÁ: ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DE TRIGO

SAFRA	2008	2013	2014
Área (mil ha)	1.125	993	1.361
Produção (mil t)	3.069	1.843	3.725
Produtividade (t/ha)	2,7	1,8	2,7

Fonte: Conab – séries históricas, com atualização em março de 2015

TRIGO: DEPENDÊNCIA EXTERNA

A safra nacional, em 2014, totalizou 5,9 milhões de toneladas, com previsão de crescimento de 6%. O Paraná liderou a produção, com 3,7 milhões de toneladas. De 2012 a 2014, o consumo médio brasileiro foi de 11,0 milhões de toneladas para uma produção média nacional, no mesmo período, de 5,27 milhões de toneladas. Esses dados são da Conab.

O setor busca soluções político-econômicas junto ao governo federal para ampliar a produção, reduzir a dependência externa e estimular a competitividade perante outros países. A triticultura é uma opção para a rotação de culturas e a viabilidade do plantio direto. Há todo um aproveitamento racional da estrutura produtiva e um aumento de renda por unidade de área. Além disso, também multiplica-se a renda nos demais elos da cadeia produtiva.

Elevados custos de produção, adversidades climáticas, dificuldades logísticas e de infraestrutura, concorrência com o produto importado são alguns dos desafios para ampliação da produção nacional. Os preços recebidos pelos produtores não cobrem o custo de produção, e o preço mínimo estabelecido na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) não estimula o produtor. Com isso, a área plantada sofre variação de uma safra para a outra.

CANA, ETANOL E AÇÚCAR

De acordo com os números da Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná (ALCOPAR), a última safra fechou com moagem de 42,9 milhões de toneladas, ligeira alta de 2,3% frente ao período anterior. No que diz respeito à

PARANÁ: PRODUÇÃO DA SAFRA DE INVERNO EM 2014

CULTURA	Produção (mil t)	Participação na produção nacional
Aveia	138,7	45,25%
Centeio	2,7	77,14%
Cevada	188,7	61,78%

Fonte: Conab

produção de açúcar, a retração foi significativa: de 3,36 milhões de toneladas para 2,92 milhões, queda exata de 13%. Já o etanol anidro apresentou incremento de 12% (470,7 milhões de litros para 527,3 milhões de litros), e o hidratado, de 75%, de 1,00 bilhão de litros para 1,75 bilhão de litros. O setor enfrenta uma crise econômica de dimensão nacional.

OUTRAS CULTURAS

Há, ainda, a safra de inverno, com aveia, canola, centeio e cevada, que, mesmo como coadjuvantes, participam muito da vida econômica rural. Tais culturas possuem condições ideais de desenvolvimento no estado. A produção de cevada está inserida numa cadeia completa, que engloba desde áreas de produção até plantas de beneficiamento.

Na olericultura, o grande destaque é a cadeia produtiva da batata, a segunda maior produção do País, principalmente nas safras da água e da seca. Sem os problemas climáticos dos outros estados produtores, a rentabilidade será favorável em 2015. Já, na produção de mandioca, o estado é o segundo maior produtor, mas o primeiro no produto dirigido para a fabricação de fécula. Há excesso de produção depois dos altos preços, em função da seca ocorrida no Nordeste em 2013. Isso deverá reduzir a área em 2015.

O café ainda é produzido em pequena quantidade (5,2% da produção nacional). Os produtores utilizam a tecnologia do adensamento (redução das áreas vazias no terreno), que facilita os tratos culturais e aumenta a produção por hectare de terra.

O arroz e o amendoim ainda são cultivados, em especial pelos pequenos produtores.

PRODUÇÃO ANIMAL

O Paraná marca posição na produção do complexo brasileiro de proteína animal. A sua produção pródiga de milho e soja deu ensejo ao crescimento e desenvolvimento das criações de pequeno e médio porte, como a avicultura e a suinocultura. Na pecuária de leite, caminha a passos largos, em parceria com os outros estados da região Sul. Já, na bovinocultura de corte, os espaços existem para as tecnologias mais intensivas em termos de produtividade. Nesse contexto, os trabalhos na área de segurança e sanidade, compartilhados entre o governo estadual e a iniciativa privada, oferecem competitividade para as cadeias produtivas.

FRANGO: LIDERANÇA NACIONAL

O efetivo avícola brasileiro pouco variou de 2012 a 2013, ficando em torno de 1,2 bilhão de cabeças, com a distribuição regional de 43,6% no Sul; 29,7%, no Sudeste; 10,9%, no Nordeste; 10,8%, no Centro-Oeste; e 2,4%, no Norte (IBGE).

Com aproximadamente 276 milhões de cabeças, o Paraná é o estado de maior participação no plantel nacional, representando 22,1% do efetivo total e 47,7% do efetivo da região Sul. A criação é condu-

zida por 19 mil produtores de frango (SEAB-PR), com a geração de 660 mil empregos diretos e indiretos (Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná – Sindiavipar).

Na produção de frango, o Brasil registrou aumento de 3,0%, de 12,3 milhões de toneladas, em 2013, para 12,7 milhões, em 2014. Em termos de exportação de carne de frango, em 2013, o País ocupou o primeiro lugar mundial (3,8 milhões toneladas), superando os Estados Unidos e a União Europeia. Esses dados são do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

O Paraná é o maior produtor e exportador da carne de frango nacional, com participação, respectivamente, de 31% e 29% do total. Em comparação a 2013, o seu abate, em 2014, cresceu 7,2%, para 1,56 bilhão de aves (Sindiavipar). Já as exportações tiveram incremento de 12,5%, com 1,14 milhão de toneladas (MDIC).

Em 2014, o consumo *per capita* da carne de frango do brasileiro aproximou-se dos 43 kg, sendo 2,8% maior do que em 2013. O consumo doméstico é o quarto maior no mundo, ficando atrás dos Estados Unidos, da China e da União Europeia.

Quanto ao mercado de exportação, para 2015, os esforços tendem a se concentrar na abertura dos mercados da Malásia, do Taiwan, da Coreia do Sul e da Indonésia. Em 2014, a Rússia consolidou-se como uma das melhores oportunidades para os exportadores de frango. Essa situação tende a se manter. O Brasil leva vantagem sanitária frente a outros países, com a garantia de produzir livre de doenças, como a *influenza* aviária.

PECUÁRIA DE CORTE: INTENSIFICAR A CRIAÇÃO

Em 2013, o tamanho do rebanho bovino brasileiro permaneceu estável, com a distribuição regional de 33,6% no Centro-Oeste; 21,1%, no Norte; 18,6%, no Sudeste; 13,7%, no Nordeste e 13,0% no Sul (IBGE).

Com perda no *ranking* nacional em efetivo e produção de carne bovina, o Paraná ocupa o nono posto. Essa situação reflete a menor prioridade do uso da terra para pastagens em relação ao uso para agricultura. O aumento no preço da terra, a tradição agrícola e os ativos fundiários (bens e máquinas) contribuem para esse cenário.

A pecuária moderna exige a adoção de novos sistemas produtivos e econômicos. O estado não dispõe de terras para competir em escala com a pecuária extensiva do Centro-Oeste. Assim, ganha força a adoção de tecnologias para intensificar a produção. Entre as alternativas, aparecem a lavoura-pecuária-floresta, o uso de inseminação artificial (convencional ou em tempo fixo), a suplementação a pasto, confinamentos, para citar algumas. E é esse o perfil do produtor que tende a permanecer na atividade, aquele que investe.

O Paraná conta com clima, o relevo e a topografia para o cultivo de espécies forrageiras de melhor qualidade na alimentação animal.

PARANÁ: PRODUÇÃO PECUÁRIA E *RANKING* NACIONAL EM 2013

PRODUTO	Produção	*Ranking*	Participação
Frango (milhões de toneladas)	3,2	1º	26,0%
Bovina (mil t equiv. carcaça)	471	9º	5,6%
Suína (mil t equiv. carcaça)	524	3º	15,0%
Leite (bilhões de litros)	4,3	3º	12,6%
Tilápia (mil toneladas)	44	1º	26,0%

Fonte: ANUALPEC; ABIPECS; IBGE

BRASIL E PARANÁ: REBANHO EFETIVO E ABATE
(EM MILHÕES DE CABEÇAS)

BRASIL E PARANÁ		2012	2013	Diferença
Brasil	Efetivo	217.904.189	218.408.652	504.463
	Abate	31.118.740	34.412.070	3.293.330
Paraná	Efetivo	9.413.937	9.395.313	-18.624
	Abate	1.346.753	1.424.743	77.990

Fonte: IBGE

BRASIL E PARANÁ: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CARNE SUÍNA EM 2013

	Brasil	Paraná	Participação do Paraná no total do Brasil
Produção	36.280	513	19,0%
Exportação	6.910	43	8,40%

Fonte: IBGE; ABPA

Possibilita o uso de bovinos de origem europeia, produtores de carne de melhor qualidade, sem o *stress* térmico provocado pelo calor. Há, portanto, espaço para produzir carne de maior qualidade e valor agregado.

Um dos desafios está na questão sanitária, para levar a sua produção para o Japão, o Canadá e os Estados Unidos. A evolução do *status* de livre da aftosa com vacinação para sem vacinação será um passo importante para o Paraná melhorar a remuneração da criação.

SUINOCULTURA: MERCADO AJUSTADO

O suinocultor posiciona-se no cenário atual como empresário e empreendedor. Com isso, supera obstáculos e profissionaliza a atividade, com índices zootécnicos elevados. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) classifica o Brasil na quarta posição no efetivo de animais, atrás da China, da União Europeia e dos próprios Estados Unidos.

Na participação do rebanho suíno, em 2013, a região Sul do Brasil registrou 48,8%, seguida das regiões Sudeste (18,8%), Nordeste (15,1%), Centro-Oeste (13,9%) e Norte (3,4%) – dados do IBGE.

Houve, também, queda de 5,3% e 6,8%, respectivamente, no efetivo nacional e da região Sul em relação a 2012, enquanto o total de animais abatidos registrou 0,8% de crescimento. O número de suínos diminuiu em todas as demais regiões, mantendo-se estável apenas no Centro-Oeste. Esse quadro reflete o impacto negativo dos altos preços de milho e soja entre 2001 e 2012, com prejuízos para a criação.

A produção de carne suína brasileira, em 2013, colocou o País na terceira colocação entre os principais produtores mundiais, depois da China e da União Europeia. Nas exportações, o Brasil ocupa a mesma posição, com a União Europeia e o Canadá à sua frente.

Em 2014, o mercado interno alinhou a oferta e a demanda da carne suína. A rentabilidade melhorou para os produtores: na média, preços de R$ 3,35 por quilo, com custo inferior a R$ 2,83 o quilo. A ten-

dência para 2015 é de manutenção em valores similares. O risco consiste em a fraca atividade econômica do País reduzir o consumo no mercado interno.

Há uma grande demanda externa, como reflexo dos problemas sanitários causados pela diarreia epidêmica suína (PED) nos EUA, no México e no Canadá, somados às compras russas. Nesse contexto, o Paraná busca reconhecimento de zona livre de peste suína clássica, por meio da certificação da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) até maio de 2016.

ATIVIDADE LEITEIRA NO PARANÁ

O Paraná é o terceiro maior produtor nacional (4,3 bilhões de litros), com uma atividade de importância socioeconômica, conduzida por 114.488 produtores, predominantemente pequenos, em propriedades de área média de 32,3 hectares, com variações entre as regiões indo de 19,0 hectares, na região sudoeste, a 48,1 hectares, na região centro-oriental do estado. A produção de leite gera R$ 4,15 bilhões (6% do VBP paranaense), atrás apenas da soja, do frango de corte e do milho.

Os estratos de produção também apresentam variações acentuadas: 55% dos produtores produzem até 50 litros de leite por dia e representam 15% da produção estadual, enquanto 6% dos produtores produzem acima de 250 litros por dia e representam 42% da produção.

CONSELEITE PARANÁ: CONSTRUINDO UM AMBIENTE SAUDÁVEL DE COMERCIALIZAÇÃO DO LEITE

Em 2002, o Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado do Paraná (Sindileite) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) juntaram-se às discussões da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP, que culminaram na criação do Conseleite Paraná. Com uma metodologia que visa remunerar o leite ao produtor de acordo com os preços dos produtos lácteos praticados pelas indústrias no atacado, mensalmente, o Conseleite divulga uma Resolução com o **valor de referência para a matéria-prima leite**, tendo sido exemplo para a criação posterior dos Conseleites de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

ALIANÇA LÁCTEA SUL BRASILEIRA: POLÍTICAS COMUNS PARA O SETOR LEITEIRO DA REGIÃO SUL

A **Aliança Láctea Sul Brasileira**, um fórum público-privado permanente para o desenvolvimento da cadeia leiteira na região Sul, foi formalizada pela assinatura de um protocolo de intenções pelos governadores dos três estados da região Sul, em setembro de 2014, objetivando a construção e a implementação de iniciativas de Estado conjuntas para a harmonização dos ambientes produtivo, industrial e comercial dos três estados.

ENTREVISTA COM ÁGIDE MENEGUETTE, PRESIDENTE DO CONSELHO DO SENAR-PR

O agronegócio tem sido constantemente citado como o setor que tem sustentado a economia brasileira, e o Paraná é um dos protagonistas, com sua base tradicionalmente agrícola. Qual é o cenário para os próximos anos?

O Paraná é um estado com vocação agrícola e um grande exportador; basta verificar sua posição no *ranking* de proteína animal e grãos. Estamos produzindo mais e com mais qualidade. O crescimento de produtividade dos últimos anos tem sido constante e acima da média nacional.

Para mantermos essa posição nos próximos anos, precisamos aliar o avanço científico e tecnológico a uma modernização da gestão da propriedade. Seguindo a tendência de outros países que são grandes produtores mundiais, teremos que reduzir custos e trabalhar de forma racional para que a propriedade continue viável.

Temos que melhorar a nossa eficiência. Temos produtores de soja que estão utilizando novas tecnologias, produzindo com médias superiores a 65 sacas por hectare. Estes produtores terão melhores condições de sobrevivência mesmo diante da situação econômica adversa que fez com que o preço da saca fosse menor do que o comercializado na safra passada.

Isso exige cada vez mais qualificação, e é aí que entra o papel do SENAR-PR de capacitar o trabalhador e o produtor rural.

O que poderia ser destacado como evolução da agricultura nos últimos anos?



Os motivos do crescimento vão desde novas tecnologias, passando por genética com novas cultivares, até aumento da produtividade via mecanização, o que pressupõe capacitação. Certamente que nesta área o SENAR-PR deu sua contribuição para tal ganho de produtividade. Hoje, o Brasil é um grande agente fornecedor, e, no Paraná, que teve sua fronteira agrícola toda ocupada, a produtividade vem sendo a grande alavanca da produção.

A qualificação da mão de obra acompanhou esse desenvolvimento? Como o SENAR-PR tem se preparado para atender essa demanda?

Não basta a tecnologia se não houver alguém preparado para colocá-la em prática; um profissional com capacidade de pensar antes de tomar decisões, de forma planejada.

Acredito que vamos passar por uma transformação muito grande no agronegócio nos próximos anos. Precisamos preparar uma

nova geração com consciência de que temos que trabalhar.

É por isso que, nos últimos anos, estamos investindo numa Formação Profissional Rural, buscando a empregabilidade e a manutenção das famílias no campo, para que o produtor use a tecnologia a seu favor.

A cada ano, a população rural tem diminuído, com os jovens sendo atraídos para a cidade. A sucessão familiar é uma das preocupações para a manutenção das propriedades rurais. Como lidar com isso?

Nosso entendimento é que, se o filho do produtor avaliar que a propriedade é um bom negócio, naturalmente se sentirá atraído por esse objetivo. É pensando assim que muitos jovens estão se formando e voltando para o campo, para gerenciar o negócio da família.

O SENAR-PR tem dois programas importantes voltados para a juventude: o Jovem Agricultor Aprendiz e o de Aprendizagem de Adolescentes e Jovens, com a finalidade de prepará-los para as atividades na propriedade.

Uma das preocupações constantes é sobre o crescimento populacional em relação à produção de alimentos. O Brasil é sempre apontado como um grande celeiro. Até que ponto temos condições de suprir essa demanda?

O Paraná é um estado com aproveitamento de sua área agrícola. Ainda temos muito a crescer, aumentando nossa produtividade por meio de novas tecnologias onde é possível. Ainda há muita tecnologia disponível e que precisa ser bem utilizada, principalmente em relação à fertilidade e à conservação dos solos.

O produtor rural pode comprar as máquinas e os equipamentos mais modernos e caros do mundo, mas o seu capital mais importante continuará sendo a sua terra. É nela que ele produz, e é dela que ele tira o sustento de sua família.

Entendemos, ainda, que o produtor deve, paralelamente às suas atividades econômicas específicas, exercer o papel de protagonista de ações de proteção do meio ambiente nas propriedades e nas comunidades onde vive. O bom uso do solo e a preservação das fontes hídricas nas propriedades – em especial, a proteção de nascentes – valorizam a propriedade e aumentam a produtividade.

É por isso que trabalhamos em parcerias. Uma delas é com o governo do estado no programa Plante Seu Futuro, de boas práticas agrícolas.

Precisamos diversificar em busca de produtos com maior valor agregado. O Paraná tem 532 mil propriedades rurais, em sua maioria representadas por pequenas e médias. A nova agricultura tem que se adaptar ao tamanho delas para manter o homem no campo com boa renda. É o caso da avicultura e da pecuária de leite que atendem esses produtores.

O Paraná tem muito ainda a se desenvolver e tem muitas alternativas econômicas. Mas, tudo isso precisa ser feito de forma planejada, pensada, e é por isso que investimos tanto em programas como o Empreendedor Rural e cursos de gestão da propriedade. Nenhuma tecnologia surtirá efeitos sem que consigamos obter o melhor dos recursos humanos que dispomos.

O SENAR-PR TREINA E LEVANTA A BOLA

É SÓ FAZER O GOL

PELO MENOS 15% dos brasileiros estão caracterizados pelo IBGE como a população rural do País. Isso não significa que essas 30 milhões de pessoas estejam restritas nas mais de 5 milhões de propriedades rurais existentes no território nacional; boa parte delas podem ser chamadas de urbanas. Ou seja, exercem atividades no campo, mas moram em pequenas ou médias cidades brasileiras.

Esse perfil praticamente se repete no Paraná, o que significa que quase 2 milhões de seus habitantes vivem plena ou parcialmente no campo. A grande dificuldade da maioria das pessoas que ocupam 532 mil propriedades – 90% delas pequenas – não é apenas acompanhar a constante modernização das atividades agropecuárias. Todas estão inseridas no mercado, que, como se sabe, é exigente. Nesse cenário, orientar, qualificar e transformar este contingente de trabalhadores e produtores rurais é o alvo principal do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado do Paraná (SENAR-PR).

Eles não apenas cultivam a terra ou cuidam de rebanhos; eles têm um negócio que pode e deve ser rentável. Anualmente, os técnicos do SENAR-PR definem um Plano Estratégico, em que o fundamento é a gestão profissional da propriedade, e, para isso, há um vasto instrumental de cursos e programas.

Os registros do SENAR-PR, em suas duas décadas de existência, contabilizam 2,2 milhões de atendimentos e 1,1 milhão de pessoas capacitadas nas mais diversas atividades rurais. O SENAR-PR está ou esteve presente nos 399 municípios paranaenses por meio de suas dez regionais ou de parceiros, como os 184 sindicatos rurais.

Para cumprir as metas de sua estratégia, há um esquadrão de mobilizadores e instrutores formando uma cadeia de capacitação rural inigualável. Como diz o ditado, "é de pequeno que se torce o pepino": o SENAR-PR mantém o programa Agrinho, que atua com disciplinas transversais (Meio Ambiente, Saúde, Cidadania) para mais de 1 milhão de escolares públicos e privados em todo o estado. É o maior programa de responsabilidade social do estado.

O primeiro be-á-bá para os cursos de formação profissional acontece no programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), para jovens de 14 a 18 anos. É um currículo de gestão da propriedade, e quase 43 mil jovens já bateram ponto no JAA.

Outro é o de Aprendizagem de Adolescentes e Jovens (AAJ), com especialização em atividades ligadas ao agronegócio, entre elas: avicultura, mecânica e mecanização. Já o Programa Empreendedor Rural (PER) capacitou 21 mil produtores e trabalhadores rurais, tendo sido criado pelo SENAR-PR, iniciado no Paraná, e, hoje, se estende a vinte e três estados e ao Distrito Federal.

Numa linguagem esportiva, o SENAR-PR, no campo, treina e levanta a bola. É só fazer o gol. ■

SHUTTERSTOCK





SEMINÁRIO

AGRONEGÓCIO: AGENDA REGULATÓRIA

Na abertura do evento, Renato Buranello, da Demarest Advogados, falou sobre a questão da segurança jurídica decorrente da confiança e da previsibilidade depositadas nas estruturas do Estado pela sociedade. Esta relação exige que se tenha um sistema estável de decisões judiciais. A seguir, Luiz Cornacchioni, diretor executivo da ABAG, destacou a importância dos apoios institucionais das entidades para debater temas importantes do agronegócio, como o direito de propriedade, o Código Florestal e a governança corporativa, dentre outros.

Palestra de abertura: Cenário Econômico e Agronegócio

O economista Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central, fez um balanço da evolução do País desde os anos 50. A visão predominante no início era de promover a industrialização para substituir a economia agrária predominante de baixa produtividade. Isso trouxe uma mudança estrutural à economia nacional. À medida que o processo de urbanização ficava mais intenso, os capitais ligados à biologia, à mecânica e à química inseriam-se na agropecuária, nos moldes da conhecida Revolução Verde, coordenada pelo engenheiro agrônomo Norman Bourlaug.

Nos últimos anos, a relação de troca do Brasil no comércio internacional apresentou ganhos, com a valorização das *commodities* agropecuárias. Essa situação mostra, agora, tendência de queda, mas a situação deve continuar favorável para o País. Em decorrência de menor demanda e maior oferta, o preço mundial do petróleo despencou. Isso é fator de desestabilização para os países produtores, enquanto a economia dos Estados Unidos volta a crescer e o dólar a se valorizar. Para o Brasil, com sua moeda enfraquecida, a agropecuária ganha certa força na exportação.

1º Painel – Restrições para a Aquisição de Terras Rurais

Para Colin Butterfield, diretor-presidente da Radar Propriedades Agrícolas, do Grupo Cosan, o cenário desejado para o Brasil consistiria em desenvolver um mercado de terras com alta liquidez e baixa volatilidade. Infelizmente, essa não tem sido a opção a ser seguida. Com base no princípio da soberania aplicado à ordem econômica, a Advocacia-Geral da União (AGU), em 2010, colocou limites à venda de terras brasileiras a estrangeiros ou empresas brasileiras controladas por estrangeiros.

Felipe da Silva Domingues, da Brasilagro, salientou que a face morosa e burocrática do Estado brasileiro leva a um resultado de desestímulo para as transações com terras. Francisco Godoy Bueno, diretor da Sociedade Rural Brasileira (SRB), tratou da interpretação normativa da Lei nº 5.709/71, que estabelece restrições e regula as aquisições de imóvel rural por estrangeiros residentes no País, bem como por pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil. Em sua análise, foi um passo contra a abertura de mercado e a atração de capitais externos para investimento no País.

2º Painel – Reserva Legal, Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Responsabilidade Ambiental das Instituições

Walter Lazzarini Filho, presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosema/Fiesp), mostrou as mudanças ocorridas com a aprovação da Lei nº 12.651/2012, o novo Código Florestal. Citou que, desde maio de 2014, está em execução a obrigatoriedade de se cumprir o preenchimento do CAR. O prazo é de um ano, com a possibilidade de prorrogação de mais um ano. O desafio é grande, haja visto, por exemplo, que as áreas registradas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ultrapassam em 600 mil hectares o tamanho do território nacional, segundo o Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários (SindPFA).

Fabio Braga, da Demarest Advogados, comentou sobre a Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), de acordo com a Resolução nº 4.327/14, do Conselho Monetário Nacional

(CMN), a vigorar a partir de 15 de julho de 2015. As instituições financeiras terão de demonstrar os riscos socioambientais a que estão expostas. O impacto será alto nos negócios, porque envolve justamente os centralizadores dos fluxos de moeda. Para Consuelo Yoshida, desembargadora federal do Tribunal Regional Federal (TRF), proteger e preservar o meio ambiente passam a ser interpretados como direito adquirido pela coletividade, sem a liberdade de diligência mínima dos bens.

3º Painel – Relações de Trabalho na Agroindústria: Terceirização e Trabalho Escravo

Pablo Gimenez Machado, da Louis Dreyfus Commodities Brasil, afirmou que, como há uma intersecção no agronegócio entre os setores da agropecuária, da indústria e de serviços, caracterizar atividades-meio e fim fica bem complexo. Por sua vez, o tratamento de questões como jornada exaustiva, trabalho forçado e condições degradantes exige uma união de esforços para que se encontrem soluções inteligentes. As autuações não podem ficar à mercê da interpretação do fiscal, sob pena de criar uma insegurança jurídica que impede o desenvolvimento normal dos negócios.

Para Fabíola Rodrigues, da Demarest Advogados, os problemas aparecem quando o Estado joga nas costas das empresas certas responsabilidades sociais, pois há uma intervenção direta nas relações sociais entre a parte empregadora e a do empregado. Para o julgamento de culpados e a aplicação de sanções, não pode haver o desconhecimento de uma pauta a ser seguida. A visão criminalista traz reflexões sobre a evolução e o encaminhamento do processo, de acordo com a esfera do Direito e o princípio da legalidade.

4º Painel – Governança Corporativa, *Compliance* e Concentração Econômica

Para José Rezende, líder e consultor de Agribusiness da PricewaterhouseCoopers (PwC), o processo de governança corporativa é considerado uma prática rotineira e já instalada nas empresas internacionais, mas relativamente recente no Brasil. A sua execução passa pela montagem de um sistema de controle interno de métodos e processos, desde as tarefas simples até aquelas mais complexas. Isso envolve uma mudança ampla de cultura que começa pela alta hierarquia e se irradia pelos escalões intermediários das organizações.

Luiz Cesar Pizzotti, diretor jurídico da Suzano Papel e Celulose, narrou a experiência vivida na própria empresa, na sua transição de uma administração mais informal, centrada no controlador, para um modelo mais formal. Isso passou pela formação de Comitês de Assessoramento Executivo como ponte de comunicação entre o Conselho e a Diretoria. Bruno Drago, sócio da Demarest, discorreu sobre o processo de entrada de grupos internacionais na economia brasileira, diante da consolidação de alguns segmentos, para aumentar a escala de produção e reduzir o custo de transações. Esse caminho exige a notificação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), com as organizações acessando o mercado de capitais e de exportação. ■

EDUCAÇÃO

UM NOVO BRASIL RURAL

EDUARDO DAHER

Economista pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), pós-graduado pela FGV-SP e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

O BRASIL do futuro chegou, pelo menos nos campos produtivos do interior do País, que, além de alimentar nossas famílias, vêm sustentando a economia nacional há alguns anos. É um Brasil moderno, tecnológico, inovador, vanguardista. É um Brasil que dá orgulho.

E este novo Brasil começa a chamar a atenção dos jovens, da sociedade urbana e dos formadores de opinião que tentam entender o movimento de 'volta ao campo' que tem se observado no País – um movimento que foi pauta do programa Globo Repórter, da Rede Globo de Televisão, em meados de março. E não é por menos.

De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), 32% dos empregos no País são gerados pelo agronegócio. São trabalhadores que vêm tornando-se cada vez mais capacitados e adaptados às mais modernas ferramentas e soluções tecnológicas. Conhecimento é a palavra-chave.

Números do IBGE mostram que mais jovens fora dos grandes centros urbanos estão conseguindo realizar o sonho de entrar para a faculdade. Em apenas uma década, triplicou o número de pessoas que vivem na zona rural e têm mais de doze anos de estudo.

A união entre a paixão por produzir alimentos e o conhecimento já nos traz centenas de exemplos de regiões produtivas que estão muito longe do estereótipo que as comunidades urbanas ainda têm do campo. Os doutores do campo estão invadindo as nossas fazendas e consolidando o Brasil como referência mundial em produção sustentável de alimentos, fibras e energia renovável.

Um desses exemplos, citados pela reportagem, é o município de Porto Nacional, no entorno de Palmas-TO, que já faz parte de uma das dez microrregiões do Brasil que mais atraem pessoas com curso superior.

E é apenas um dos exemplos que representam o novo Brasil que desponta nos rincões e que tem na base do seu desenvolvimento a Educação. É para reconhecer as melhores ações de educação que a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV) e o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) reúnem-se, todos os anos, em uma noite de congraçamento e premiação do que há de mais efetivo e benéfico para o futuro do agronegócio.

Em dezessete anos, os projetos das empresas que pesquisam e desenvolvem novos defensivos agrícolas, das cooperativas agrícolas, dos canais de distribuição de insumos agropecuários e das centrais de recolhimento de embalagens vazias, juntos, beneficiaram mais de 17 milhões de pessoas em todo o Brasil.

Em sua 18ª edição, o Prêmio Andef passa a se chamar Prêmio Defesa Vegetal: uma homenagem a agricultores, profissionais e entidades do agronegócio que se consolida como uma valorização das pessoas que promovem a educação no campo.

O resultado dessas ações pode ser visto, todos os dias, em nossas mesas e na balança comercial do país que se orgulha de ter mais de 65% de sua mata nativa preservada. O Brasil do futuro já chegou, e a indústria fabricante de defensivos agrícolas tem orgulho de fazer sua parte nesse caminho rumo ao sucesso. E você? Tem feito a sua? ■

DIÁRIO DE BORDO

RESPOSTAS

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA)

AS MANIFESTAÇÕES de 15 de março passado não tiveram o impacto esperado junto ao governo federal, pelo menos quanto às falas dos ministros escalados pela presidente Dilma Rousseff, na noite do mesmo dia, e à fala dela, no dia seguinte.

Os ministros minimizaram o impressionante movimento, atribuindo-o aos eleitores que perderam as eleições de outubro passado e prometendo medidas contra a corrupção que, aliás, já vêm acontecendo. Insistiram várias vezes no aspecto democrático das manifestações, dispondo-se ao diálogo com todos os atores sociais e reiterando a condenação à violência e às pouquíssimas e tolas propostas de intervenção militar, completamente descabidas.

Houve, ainda, um pequeno sinal sobre a reforma política tão discutida e tão necessária, mas que ficou restrita ao financiamento de campanha: o Governo quer eliminar o financiamento privado nas eleições. E a presidente falou em humildade e retomou o tema 'diálogos'.



Seguramente, o Governo e os políticos em geral já devem, a essa altura, ter feito avaliações mais realistas sobre as manifestações. Afinal, mais de 2 milhões de pessoas foram às ruas em cerca de 160 cidades, em todos os estados e no Distrito Federal.

E respostas precisam ser dadas, sob pena de recrudescimento dos protestos. E é fundamental tê-las para garantir governabilidade à presidente Dilma Rousseff. Mas, quais respostas?

Uma das mais necessárias tem a ver com o ajuste fiscal corretamente proposto pelo ministro Joaquim Levy. Está claro que não dá para aceitar que só a sociedade pague por ele; o Governo também precisa cortar a própria carne. Seria um magnífico sinal a eliminação de uma dúzia de ministérios, o que representaria alguma economia. Mas, mais do que a economia, o gesto seria muito bem recebido.

Quanto à reforma política, é pouco a única proposta feita, de cortar financiamentos privados nas eleições: isso não satisfaz o clamor popular. É preciso mais, como acabar com a reeleição, aumentar todos os mandatos para cinco anos e fazer eleições coincidentes a cada cinco anos. Com certeza, isso é mais compatível com a realidade brasileira atual e seria bem aceito pela população. São temas que também já vêm sendo tratados no âmbito do Legislativo.

Quanto ao financiamento de campanha, existe uma proposta circulando: o candidato teria que apresentar um orçamento do que gastaria, submetê-lo à Justiça Eleitoral e ao seu partido, e nenhuma empresa poderia dar a ele mais do que 3% do valor orçado, um limite às doações.

Mas, falta um tema que interessa muito a todo mundo e principalmente ao campo. Trata-se de não permitir nem estimular violência, e, para isso, basta fazer cumprir a lei, garantindo ordem e tranquilidade para os investimentos voltarem, gerando empregos e renda de novo.

Outras manifestações estão anunciadas, e já se ouve um certo clima de conflito, na linha do "nós contra eles". Não pode haver nada mais incompatível com a "alma" brasileira, tradicionalmente pacífica e ordeira. Haja o que houver, o poder público tem o dever de garantir a ordem, seja na cidade, seja no campo. Vários ministros têm condenado a hipótese de violência. Nada mais correto. Liberdade de expressão, sim; desrespeito e desordem, não.

Estimular qualquer tipo de confronto é dar um tiro no pé da democracia – no mínimo! ■

PRODUZIR

PRODUÇÃO PUXADA NO AGRONEGÓCIO

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

O SETOR rural brasileiro tem dinâmica própria, devido à peculiar situação da demanda e às condições naturais para a produção dos 4 F's (*food, feed, fiber* e *fuel*). Temos um agronegócio forte em *commodities* e que ganha cada vez mais musculatura em produtos de maior valor agregado, pavimentando um crescimento da dimensão qualitativa em relação à dimensão quantitativa.

O Brasil saiu da condição de importador de alimentos para exportador, assumindo papel-chave no agronegócio mundial. Muito ainda precisa ser feito, especialmente no que diz respeito à inserção do agro nas cadeias globais de valor, mas é inegável que o setor deixou de ser coadjuvante para se tornar protagonista.

De olho no futuro, há espaço para a transformação de um agronegócio calcado em força empreendedora em um agro de precisão, orientado ao mercado e à certificação de produtos.

Para os produtores rurais, esse novo comportamento requer orientação voltada à "produção puxada". Trata-se de, primeiramente, estudar as tendências de mercado e, a seguir, definir o perfil dos produtos que melhor atendem as exigências do consumidor final.

Já o Estado precisa adaptar sua estrutura às demandas de um agro exportador e gerador de riqueza, renda e empregos. Celeridade e foco na regulamentação e no controle devem substituir políticas que durante décadas regulamentaram mais as importações do que as exportações.

Nesse desafio, o fomento à incorporação de novas tecnologias e práticas de gestão pelos produtores de porte médio será decisivo para a inclusão de centenas de milhares de fazendeiros na agricultura moderna, o que se constituirá em ganhos econômicos e sociais.

A elaboração de uma estratégia de médio e longo prazos para o setor, visando à modernização das estruturas, à integração e ao bom funcionamento das diversas cadeias produtivas do agro, é um dos focos da Sociedade Rural Brasileira (SRB).

Além disso, direcionamos o trabalho para a construção de um projeto de médio e longo prazos também para o Brasil, ancorado na perspectiva de como o agro integrado aos outros setores pode aumentar sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do País.

Quem atua de modo reativo já sai perdendo – inclusive financeiramente – no quesito inovação, e, por isso, é tão importante – para não dizer imprescindível – a construção de um projeto estratégico para o agro, e para o País.

Seu trabalho de prover alimentos, energia etc., de produzir com insumos seguros, de empregar pessoas cada vez mais capacitadas e de atuar de maneira horizontal faz o agro interagir de modo amplo e profundo com todos os demais segmentos.

Justamente por sua relevância econômica, com efeito e impacto direto no aspecto social, o agro tem o direito e a obrigação de ser coformulador das políticas que influenciam o pacote de serviços públicos de saúde, educação, segurança, transporte, infraestrutura, entre outros.

Se o setor é o mais bem-sucedido do País e a percepção da sociedade em relação a isso avançou, está mais do que na hora de o agronegócio acentuar a sua participação nas discussões dos mais relevantes temas da agenda pública nacional. O agronegócio pode, deve e continuará a contribuir como um importante agente transformador para o desenvolvimento do País. ■



OPINIÃO

ESTÍMULO AOS PLANTADORES DE CANA

ARNALDO JARDIM

Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

UM DOS desafios permanentes dos pesquisadores é o de fazer chegarem os resultados do trabalho de investigação aos usuários do conhecimento adquirido. E a tarefa é particularmente árdua quando se trata de disseminar este conhecimento na agricultura. Por isso, devemos saudar um passo inédito e inovador que acaba de ser dado na transferência de tecnologias a pequenos produtores de cana-de-açúcar. O Projeto de Validação do Sistema de Mudas Pré-Brotadas (MPB), que terá impactos diretos na qualidade dos canaviais, deverá mudar os rumos da adoção de pacotes tecnológicos gerados pela Ciência Agrícola paulista.

Desenvolvido pelo Programa Cana IAC, do Instituto Agronômico (IAC), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do Estado de São Paulo, o projeto foi lançado em março passado em Guariba-SP e conta com a parceria da COPLANA (Cooperativa Agroindustrial) e da Socicana (Associação dos Fornecedores de Cana de Guariba). Entre suas ações, inclui-se a transferência do Kit de Pré-Brotação de Mudas, composto por quatro modernas variedades de cana desenvolvidas pelo IAC, um conjunto de equipamentos e o treinamento dos produtores durante 24 meses.



São dois os seus propósitos diretos: oferecer condições para que o fornecedor de cana retome a gestão do seu negócio e reduzir o tempo de adoção das novas variedades desenvolvidas pela pesquisa. Com a transferência de informações e de pacote tecnológico, contribui-se para a independência do produtor quanto à produção de mudas. Hoje, ele tem grande dependência de fornecimento das usinas, caracterizadas por dinâmicas de grande escala em suas operações.

Um dos benefícios do sistema MPB está na redução da quantidade de mudas que vai a campo. O consumo de mudas cai de 18 a 20 toneladas por hectare, no plantio convencional, para 2 toneladas por hectare, com o MPB, cuja estrutura baseia-se em variedades modernas. O Programa Cana IAC tem por princípio a interação com o setor de produção e mantém extensa rede de experiências no Brasil, em cerca de 500 locais, em onze estados. E tem se desenvolvido com base no conhecimento do universo do setor sucroenergético, sobretudo com a apreensão das realidades das grandes estruturas e das pequenas propriedades.

O trabalho do centenário IAC vai ao encontro dos esforços do setor sucroenergético para retomar a produtividade, perturbada pela rápida implantação dos processos de mecanização da colheita e plantio, por condições climáticas adversas e pelas indefinições políticas do governo federal quanto à atividade setorial.

O governo paulista vem reforçando os investimentos nas estruturas de suas instituições a fim de equipá-las com os melhores recursos. Muitas delas já conquistaram conformidade com normas internacionais. Somados à qualidade profissional de nossas equipes, esses instrumentos atraem a credibilidade da área privada e resultam em importantes parcerias para o desenvolvimento do País.

Os resultados da pesquisa paulista estão difundidos em todo o agronegócio nacional. O setor sucroenergético reflete, pela sua abrangência, os ganhos obtidos a partir da tecnologia incorporada, mas é importante destacar que os sistemas desenvolvidos pela SAA por meio de suas unidades de pesquisa e extensão chegam às diversas cadeias de atividades e aos nichos de diversos mercados. ■

REFLEXÃO

REALIDADES OBSCENAS E HERÓIS

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

"Mas é claro que o sol vai voltar amanhã."

Renato Russo

PRODUZIR O ano todo, em todas as suas regiões, semeando e colhendo, sob chuva e sol. Esse é o Brasil que é a estrela do hemisfério Sul e que, em trinta anos, saiu da lista de grande importador e passou a ser um dos maiores exportadores de alimentos. Faz isso de forma sustentável, crescendo anualmente a oferta, atendendo o pedido global, nas palavras e análises da FAO e da OCDE. O mundo de 9,2 bilhões de pessoas, alguns anos à frente, é o foco de tais análises e a preocupação das entidades internacionais.

A fome atual, diagnosticada por várias fontes, é fato provocado não por falta de produção, mas pelo mau uso dela e pela falta de renda. Disse José Saramago que "não é a pornografia que é obscena; a fome é obscena". Também obsceno é o posicionamento de articulistas na busca do convencimento de pessoas usando argumentos falsos. Como é falso separar a agricultura em departamentos: agronegócio, agricultura familiar, agricultura ecológica etc. Isso cria divisões, gera combates ideológicos e elimina as possibilidades de evoluir pelo bom senso. Fato esse que vem acontecendo no Brasil pela divisão de recursos entre Ministérios, tirando o foco do que é essencial, disseminando más notícias. E o Brasil perde chances espetaculares, como a que se desenha nas próximas décadas.

Segundo Peter Drucker, mestre da Organização, "sempre que vir um negócio de sucesso, é porque alguém, em tempo, tomou uma decisão corajosa". Ele se referia aos empreendedores e, também, às políticas públicas. Aqui, o Cerrado, terras largas, Paolinelli, Rodrigues, entre outros, são "coisa nossa". Foram decisões envolvendo coisas físicas e pessoas brilhantes que levaram ao sucesso do agronegócio nacional, com reconhecimento internacional a ponto de gerar proteções e invejas. A coragem de uns ou a covardia de outros fazem toda a diferença. O sucesso, no entanto, tem versões de grande complexidade; muitas vezes, é foco de ações negativas, principalmente quando desmente ideologias tão contraproducentes.

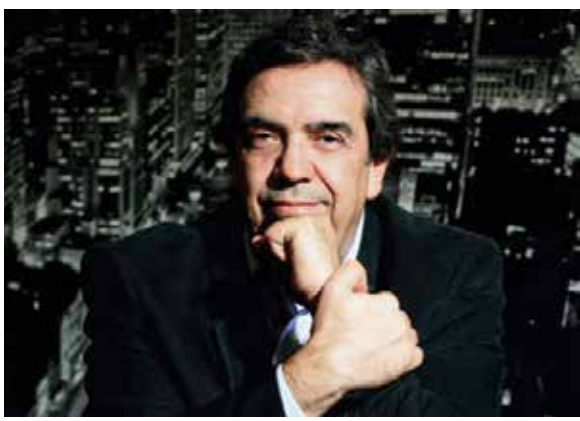
Dividir brasileiros, separando-os em baias, é obsceno. Romper essas barreiras seria o início de um processo, mesmo que longo, de reverter o complexo de inferioridade que alimenta os lados obscuros das ideologias.

O Brasil não suporta mais essa ação divisionista, com pregação de classes sociais. O agronegócio junta todos que nele trabalham, fazendo-os conviver com a sabedoria que tolera, que perdoa. Tem, no entanto, dificuldade de falar de suas qualidades ou de se defender dos ataques daqueles que julgam e condenam sem ter a menor ideia do que é produzir sob o sol ou sem ele.

> "São safra, safrinha, integração, grãos, fibras, açúcar, energia e pão, são as dores da terra no cio contra as lutas para dividir o Brasil".

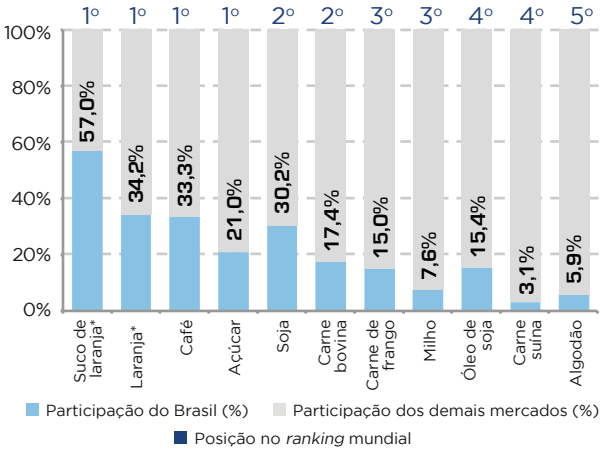
O sol é o árbitro do hemisfério, dividindo – ele sim –, sem mistério, as realidades, os potenciais. E o homem é o instrumento que cultiva a semente plantada nas terras em seu momento fértil.

No século XXI, o tema da segurança alimentar será prioridade todo o tempo, o que pressupõe dizer que o Brasil tem oportunidades de se mostrar quanto a competência e sustentabilidade, não quanto a invasões de empresas e destruição de anos de pesquisas, como os recentes ataques ideológicos contra a Suzano, a Bunge... Obsceno é nada acontecer quanto a isso. ■



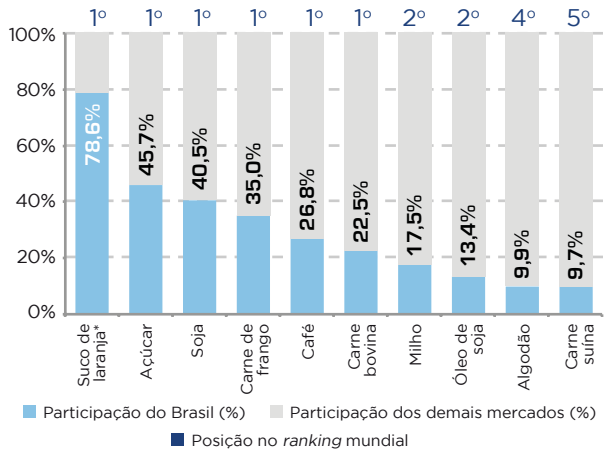
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2014/15



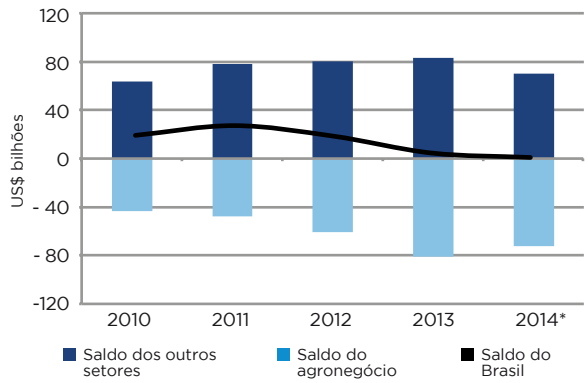
* 2013/14
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2014/15



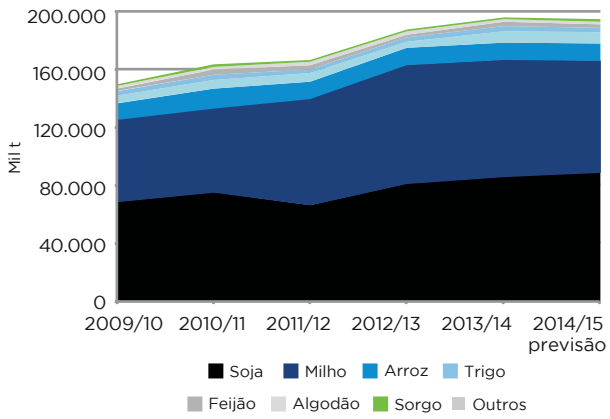
* 2013/14
Fonte: USDA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



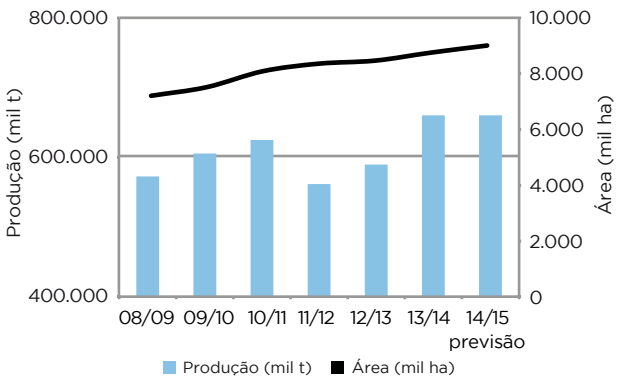
* Até outubro
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



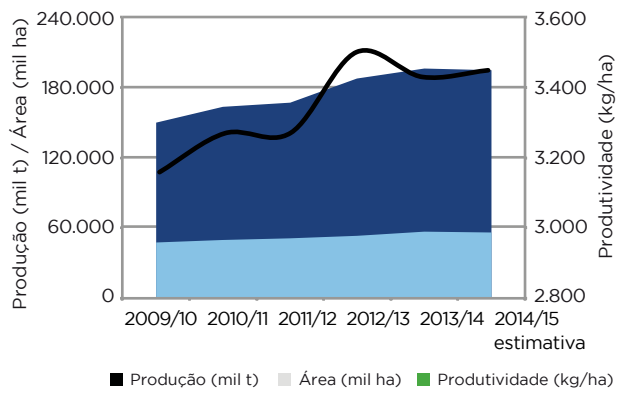
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab